

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PUBLICAÇÃO DE
OBRAS LITERÁRIAS COM USOS NÃO CONVENCIONAIS DE ESCRITA:**
análise de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus

Araraquara - SP

2025

JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PUBLICAÇÃO DE
OBRAS LITERÁRIAS COM USOS NÃO CONVENCIONAIS DE ESCRITA:**

análise de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Linguística e Língua Portuguesa.

Financiadora: CAPES

Linha de pesquisa: Teoria, Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari

Araraquara - SP
2025

S158i Sakumoto, Janaína Tamyê Bonani
A interferência do preconceito linguístico na publicação de obras literárias com usos não convencionais de escrita : análise de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus / Janaína Tamyê Bonani Sakumoto. -- Araraquara, 2025
89 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Gladis Massini-Cagliari

1. Linguística. 2. Literatura brasileira Séc. XX. 3. Variação linguística. 4. Preconceito linguístico. 5. Acento gráfico. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa tem potencial significativo para contribuir científica, social e educacionalmente ao aprofundar o debate sobre o preconceito linguístico e suas implicações na publicação e recepção de obras literárias de autoria marginalizada, como *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Ao evidenciar a interferência editorial motivada por julgamentos normativos da linguagem, o trabalho promove uma reflexão crítica sobre os critérios de legitimidade literária e a valorização da diversidade linguística. A pesquisa também contribui para a internacionalização dos estudos sobre literatura periférica e racismo linguístico, reforçando a importância da inserção de vozes historicamente silenciadas no cenário literário nacional e internacional. Por fim, ao articular linguagem, identidade, classe e exclusão, este estudo oferece subsídios relevantes para ações de desenvolvimento social e sustentável pautadas na equidade cultural e no direito à expressão.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has significant potential to contribute scientifically, socially, and educationally by deepening the debate on linguistic prejudice and its implications for publications and the reception of literary works by marginalized authors, such as *Quarto de Despejo* by Carolina Maria de Jesus. By highlighting editorial interference motivated by normative judgments of language, the study promotes critical reflection on the criteria of literary legitimacy and the appreciation of linguistic diversity. The research also contributes to the internationalization of peripheral literary studies and linguistic racism, reinforcing the importance of including historically silenced voices in the national and international literary spheres. Moreover, by articulating language, identity, social class and exclusion, this study provides relevant support for social and sustainable development actions grounded on cultural equity and the right to expression.

JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PUBLICAÇÃO DE
OBRAS LITERÁRIAS COM USOS NÃO CONVENCIONAIS DE ESCRITA:**

análise de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Teoria, Descrição e Análise de Línguas Naturais

Data da defesa: 30/05/2025

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Gladis Massini-Cagliari
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Profª. Dra. Caroline Carnielli Biazolli
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profª. Dra. Débora Aparecida dos Reis Justo Barreto
Pesquisadora independente

Suplentes:

Profª. Dra. Juliana Simões Fonte
Fundação Vunesp

Profª. Dra. Juliana Bertucci Barbosa
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo estudar a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, a qual foi publicada pela primeira vez em 1960, porém, neste estudo, usa-se a edição de 2014, buscando observar como o preconceito linguístico interfere na construção da imagem da obra e da autora. Tendo em vista que a escrita da autora é baseada na linguagem oral e que há, no início do livro, um aviso do editor sobre a manutenção da escrita original, a qual, muitas vezes, contradiz os preceitos da gramática normativa, busca-se analisar de que forma a falta de acentuação gráfica das palavras, mantida pela edição, pode originar a visão preconceituosa do público para com Carolina e sua obra. Na coleta de dados, foram sistematizados todos os “desvios”, em relação à norma-padrão, de acordo com as normas prescritivas, mapeando, assim, 785 dados referentes a um número limitado de fenômenos: falta de acentuação gráfica, ortografia, concordância verbal e nominal não padrão, regência verbal e nominal não padrão, uso não padrão da vírgula e truncamento e justaposição de períodos. Em razão de a maior quantidade de “desvios” mapeados por este estudo estar localizada na ausência de acento gráfico, delimitou-se como este o fenômeno a ser estudado. Nesse sentido, a investigação consiste em examinar os fenômenos de acentuação gráfica, de modo que se analise quando a falta de acento gráfico provoca a mudança de sentido da palavra, a fim de refletir de que forma esse tipo de ausência indicia preconceito linguístico por parte do editor e de críticos, dos quais Carolina e sua obra foram vítimas, e o quanto a escolha de manter a grafia original de Carolina (não) seria um desejo de se criar um estereótipo em torno de sua figura, o que é verificável, como aponta Ramos (2013), em relação à escrita de grupos marginalizados nos quais a escritora se insere. A análise dos “desvios” ortográficos relacionados à falta de acentuação gráfica revela que tais desvios não comprometem a compreensão do texto, mas expõem o preconceito linguístico presente na sociedade brasileira. A manutenção da escrita original de Carolina, acompanhada de justificativas editoriais, reforça estigmas sociais e culturais ao classificar sua linguagem como “errada” por não seguir a norma-padrão. A pesquisa comprova que a compreensão do texto depende mais do contexto e da interação entre autor, texto e leitor do que da adesão rígida à norma gramatical. Além disso, a ênfase nos “erros” ortográficos de Carolina não apenas ignora sua autenticidade, mas reforça sua condição de escritora marginal, revelando uma exploração comercial que capitaliza sobre estigmas de classe e raça. Por fim, a obra de Carolina deve ser valorizada por meio de sua linguagem original, que, mais do que refletir sua realidade social, se apresenta como um ato de resistência e afirmação da identidade, desafiando as normas estabelecidas e celebrando a diversidade linguística do Brasil.

Palavras-chave: acento gráfico; Carolina Maria de Jesus; preconceito linguístico.

ABSTRACT

This research aims to study the book *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), by Carolina Maria de Jesus, first published in 1960. This study takes the 2014 edition to observe how linguistic prejudice influences the construction of the image of both the work and the author. Considering that the author's writing is based on oral language and that the book begins with a note from the editor stating that the original writing has been preserved — despite often contradicting prescriptive grammar rules — this study seeks to analyse how the absence of diacritical marks, retained in this edition, can fuel prejudiced views of Carolina and her work. During data collection, 785 occurrences of “deviations” from standard grammar were mapped, all related to a limited number of phenomena: lack of diacritical marks, spelling, non-standard verbal and nominal agreement, non-standard verbal and nominal government, non-standard comma use, and truncation or juxtaposition of clauses. Given that most “deviations” mapped in this study relate to the absence of diacritical marks, this phenomenon was chosen as our focus. Thus, the investigation consists of examining diacritical patterns and analyzing when such absence leads to changes in word meaning, to reflect on how this type of omission indicates linguistic prejudice on the part of editors and critics, to which Carolina and her work have been subjected. This also raises the question of whether the decision to maintain Carolina's original spelling was a choice to construct a stereotype around her image — a phenomenon common in the writing of marginalized groups to which the author belongs, as Ramos (2013) points out. The analysis of orthographic “deviations” related to the absence of diacritical marks reveals that such deviations do not compromise textual comprehension, but rather expose the linguistic prejudice in Brazilian society. The preservation of Carolina's original writing, accompanied by editorial justifications, reinforces social and cultural stigmas by labelling her language as “wrong” for not adhering to standard norms. The research shows that text comprehension depends more on context and the interaction between author, text, and reader than on strict adherence to grammatical norms. Furthermore, the emphasis on Carolina's spelling “errors” not only disregards her authenticity but also reinforces her marginal status as a writer, revealing a commercial exploitation that capitalizes on class and racial stigmas. Ultimately, Carolina's work should be valued through her original language, which, beyond reflecting her social reality, stands as an act of resistance and affirmation of identity, challenging established norms and celebrating Brazil's linguistic diversity.

Keywords: diacritical marks; Carolina Maria de Jesus; linguistic prejudice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Porcentagem dos desvios	68
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Fenômenos de Acentuação Gráfica.....	39
Quadro 2 — Fenômenos Ortográficos	39
Quadro 3 — Fenômenos de Concordância Verbal e Concordância Nominal.....	40
Quadro 4 — Fenômenos de Regência Verbal e Regência Nominal	40
Quadro 5 — Fenômenos de Pontuação	41
Quadro 6 — Fenômenos de Truncamento e Justaposição dos Períodos.....	41
Quadro 7 — Acentos gráficos que não alteram significação dos termos (acentos graves)	42
Quadro 8 — Palavras não acentuadas graficamente sem alteração de sentido	46
Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Dados sem acentos agudo e circunflexo.....	45
Gráfico 2 — 785 dados com usos não convencionais de escrita.....	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 Carolina Maria de Jesus: biografia e literatura	21
2.2 Acento gráfico	25
2.3 Ortografia e sistema de escrita	29
2.4 Normas linguísticas.....	31
2.5 Noção de erro ortográfico e preconceito linguístico	34
2.6 Considerações Finais	37
3 METODOLOGIA.....	38
4 RESULTADOS	44
4.1 Análise dos casos de ausência do acento gráfico em <i>Quarto de despejo</i>	44
4.2 Análise das palavras que alteram o significado quando não acentuadas graficamente	52
4.2.1 Termo “maquina”	52
4.2.2 Termo “maquinas”	53
4.2.3 Termo “sai”	53
4.2.4 Termo “privilegio”	53
4.2.5 Termo “varias”	54
4.2.6 Termo “saiam”	54
4.2.7 Termo “deposito”	55
4.2.8 Termo “radio”	55
4.2.9 Termo “circulo”	56
4.2.10 Termo “inicio”	56
4.2.11 Termo “critico”	56
4.2.12 Termo “noticia”	57
4.2.13 Termo “habito”	57
4.2.14 Termo “auxilio”	57
4.2.15 Termo “ganancia”	58
4.2.16 Termo “paiz”	58
4.2.17 Termo “medico”	59
4.2.18 Termo “Fabrica”	59

4.2.19 Termo “residencias”	59
5 DISCUSSÃO	61
6 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE — FENÔMENOS SEM ACENTUAÇÃO GRÁFICA (ACENTOS AGUDO E CIRCUNFLEXO)	80

1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga os usos não convencionais de acentuação gráfica no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), escrito por Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Desde o início da obra, o editor deixa claro que optou por manter determinadas particularidades na acentuação das palavras, o que leva a explorar como esses “desvios” se manifestam e quais os seus impactos no texto. A análise concentra-se nos acentos gráficos agudo e circunflexo, excluindo o acento grave, uma vez que este não altera significativamente o significado das palavras e, portanto, não é relevante para os objetivos desta pesquisa.

A acentuação gráfica, elemento fundamental da ortografia, é marcada pelos diacríticos — sinais que modificam a pronúncia ou função das letras. Conforme Luft (2012, p. 79), os “diacríticos usados em português são: o acento agudo, o grave, o circunflexo, til, hífen, cedilha e o trema (empregado apenas em derivados de nomes próprios estrangeiros)”. Esses sinais, como o acento agudo e o circunflexo, geralmente indicam a abertura ou fechamento das vogais, mas sua aplicação não segue uma regra absoluta, e sua presença nem sempre implica uma mudança de significado na língua portuguesa. Diferentemente da fonologia (disciplina responsável pelo estudo do funcionamento linguístico dos sons), em que há um rigor de estabelecer padrões de recorrência, a ortografia apresenta um comportamento peculiar, baseado em convenções, atualizações e exceções, com suas complexidades, que permeiam as práticas sociais letradas.

Conforme se pôde inferir com o aviso do editor¹ no início da obra, a falta de acentuação gráfica deveria acarretar mudanças significativas no entendimento da palavra e, assim, do texto:

Nota do editor:

Esta edição respeita fielmente a linguagem da autora, que muitas vezes contraria a gramática, incluindo a grafia e a acentuação das palavras, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar seu mundo (Jesus, 2014, p. 9).

No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela² saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada.

¹ Audálio Dantas (1929-2018) exerceu a profissão de repórter e editor por cinco anos na extinta Folha da Manhã, além de colaborar com outras revistas relevantes da época, como O Cruzeiro, Manchete e Nova. Ele presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e a Federação dos Jornalistas. Também atuou como deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDP) entre 1979 e 1983 e publicou diversas obras literárias (Balthazar, 2021).

² De acordo com Silva (2019, p. 80), o editor alude à fome que Carolina menciona na narrativa, a qual é descrita como tendo uma coloração amarela. Nesse contexto, compreende-se que o que foi removido ou alterado foi exatamente isso (a fome), junto à pontuação e à grafia de algumas palavras.

Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha (Jesus, 2014, p. 7).

Todavia, não foi o que se constatou ao longo do estudo³, o que levou à hipótese de haver a presença do preconceito linguístico na edição do livro e os consequentes resultados desse tipo de discriminação para com autora e obra.

Dentre as linhas teóricas desenvolvidas no estudo do preconceito linguístico, a pesquisa baseia-se na ideia de que esse tipo de preconceito não se refere exclusivamente à linguagem utilizada, mas tem origens em outras esferas, como a social e a econômica (Silva; Moura, 2002; Bagno, 2003, 2007; Scherre, 2005; Faraco, 2016, 2019; Gnerre, 2009; Leite, 2022). Além de problematizarem os efeitos dessa discriminação, os autores evidenciam como a concepção da gramática normativa como sinônimo da língua fomenta um desejo de homogeneização linguística — desejo esse que, por sua vez, reflete interesses e estruturas de poder.

Dessa forma, esta pesquisa procura mostrar como as gramáticas tradicionais abordam o tema da acentuação gráfica, o que é feito com a exposição de normas superficiais e rasas para a memorização, ao passo que coloca o acento gráfico como essencial ao entendimento das palavras e, assim, dos textos. Essa visão é difundida pelo senso comum e, quando há obras que não a seguem, como no caso da obra de Carolina, elas sofrem sanções a partir do preconceito linguístico:

[...] a escrita de Carolina deve enfim passar por um processo de revisão e adequação à norma culta, com risco de subordinar-se ao padrão de colonialidade do saber contra o qual sua obra se insurge, ou deve-se manter viva a diferença linguística, com o risco de reproduzir o exotismo contra o qual ela lutou ao longo de sua vida? Os defensores do processo de revisão argumentam que os desvios gramaticais funcionariam como índices de exotização, fetichizando a escrita da autora. Carolina, nesse caso, estaria recebendo um tratamento diferente dos demais membros do cânone, lida a partir de sua inadequação à norma e tratada como escritora de segundo escalão, como se houvesse sido convidada para a festa por pena, e não pela qualidade da sua obra (Oliveira, 2021, p. 1-2).

Nessa perspectiva, o livro foi escolhido em razão da possibilidade de esse tipo de preconceito ter interferido na imagem da autora e na decisão do editor de manter a escrita original de Carolina. Isso porque a autora utiliza, por exemplo, uma escrita que se baseia, em vários contextos, em práticas sociais orais, de modo que sejam identificadas ocorrências

³ Embora o editor afirme que foram feitas alterações na pontuação e na grafia, não há indicação sobre quais palavras foram revisadas. Ademais, conforme será explorado no capítulo “Resultados”, o mapeamento de dados revela que nem todos os casos foram considerados, o que é evidenciado com exemplos do livro que não seguem as normas convencionais.

classificadas, pela gramática normativa, como “erros”. À vista disso, pode-se observar, em uma considerável parcela dos dados linguísticos coletados, que há “um 'vazamento' de características da fala para a escrita, o que, na maioria das vezes, ocorre sem que o escrevente tenha tido como objetivo usar a escrita para representar fielmente os sons da fala” (Abaurre, 2019, p. 80)⁴. É importante evidenciar, ainda, que a escrita de Carolina foi mantida pelo editor da obra, o que é declarado em uma nota no início do livro.

Ambos os expostos fizeram-se notar, pois não seria necessário um aviso prévio sobre tal atitude, já que o leitor a perceberia intuitivamente. Ademais, outra questão fundamental para se pensar a respeito foi a severa crítica literária que a autora recebeu quando a obra foi lançada, havendo acusações de ser um livro inventado ou de não autoria de Carolina, como mostra Fernandez (2015):

Métailié [...] afirmou que uma editora alemã se recusou a editar o livro alegando falsa autoria. A mesma desconfiança em torno da autoria de Carolina de Jesus gerou polêmica no Brasil, no ano de 1993, com o artigo “Mistificação Literária”, de Wilson Martins, no Jornal do Brasil (23/10/1993) [...].
A dúvida de Wilson Martins e dos editores alemães se dava mediante a escrita esgarçada de Carolina de Jesus [...], enquanto que para o jornalista brasileiro seria uma espécie de rearranjo ou “embuste” entre a voz testemunhal da favela e o seu “descobridor” (Fernandez, 2015, p. 88-89).

Ademais, articulistas de jornais apelidaram livro e escritora de “livro de favelada”, “autora favelada” e “escritora da favela”, por exemplo, fazendo comentários pejorativos em uma tentativa de ridicularizá-los: “Se por ventura Carolina conseguir, pelo estudo e pelo esforço, o domínio desse meio de expressão, então poderá considerar-se uma escritora no sentido exato da palavra” (Farias, 2018, p. 229-232).

O preconceito com relação à linguagem e à figura de Carolina chamam ainda mais a atenção quando se faz uma comparação com a nota do editor, presente em seu livro, e as notas presentes em *Campo Geral* (2019a), *Grande Sertão: Veredas* (2019b) e *Primeiras estórias* (2001), de Guimarães Rosa (1908-1967), que também não seguem os pressupostos da gramática normativa:

“NOTA”
[...] Expondo com imaginação a riqueza de detalhes, paisagens e circunstâncias que fazem parte do seu cotidiano sertanejo, ele nos emociona com o seu talento ao manejar a língua portuguesa. Com maestria, o escritor mineiro recupera vocábulos antigos, combina palavras de maneira inusitada ou mesmo cria novos termos, um de seus

⁴ De acordo com Abaurre (2019, p. 81, *apud* Marquilhas, 1998, 2000), os textos escritos por “mãos inábeis”, como o livro investigado na dissertação, podem ser considerados importantes fontes de evidência sobre a pronúncia de variedades regionais, sociais e históricas. A autora adverte, no entanto, que não é excluída “a possibilidade de encontrar ocorrências reveladoras de pronúncia também em textos produzidos por escreventes com maior grau de letramento e maior familiaridade com as práticas de leitura e escrita” (Abaurre, 2019, p. 81).

maiores dons. Sobre a forma ímpar por meio da qual opera sua linguagem Guimarães Rosa chegou a confidenciar [...]: “Meu lema é: a linguagem e a vida são uma coisa só [...]” (Rosa, 2019a, p. 133).

“NOTA SOBRE ESTA EDIÇÃO”

[...] O texto foi estabelecido de modo a preservar a expressividade de sinais diacríticos, hifenização e outros pormenores morfológicos e ortográficos na aparência desimportantes, mas que se destacam no sistema polifônico do livro, sobretudo quando destoam das regras vigentes nas décadas de 1950 e 1960, ditadas pelo Formulário Ortográfico de 1943 (Rosa, 2019b, p. 7).

“NOTA DO EDITOR”

Quanto a outras grafias em desacordo com o formulário ortográfico vigente, manteve-se, nesta edição, aquela que o autor deixou registrada na edição-base. Utilizamos ainda outras edições tanto para corrigir variações indevidas como para insistir em outras. Essas grafias em desuso podem parecer simplesmente uma questão de atualização ortográfica, mas, se essa atualização, já era exigida pela norma quando da publicação dos livros e de suas várias edições durante a vida do autor, partimos do princípio de que elas são provavelmente intencionais e devem, portanto, ser mantidas (Rosa, 2001, p. 8).

Diante de tais motivações, cabe ressaltar, ainda, que Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 14 de março de 1914 (Farias, 2018). No ano de seu nascimento, a Lei Áurea havia completado 26 anos, mas a exploração de pessoas pretas ainda persistia, com elas ocupando empregos braçais mal remunerados. Carolina foi a primeira de sua família a se alfabetizar, com a ajuda de uma patroa de sua mãe, e estudou por dois anos na melhor escola de Sacramento (Farias, 2018). Apesar de sua habilidade de leitura e escrita, Carolina continuou a trabalhar em serviços braçais por conta da discriminação racial, que lhe impossibilitava melhores empregos. Anos mais tarde, a futura escritora foi morar em São Paulo, residindo na favela do Canindé e obtendo dinheiro por meio da venda de papéis que encontrava nas ruas da cidade.

Em 1958, enquanto trabalhava na favela do Canindé, São Paulo, Carolina teve um encontro decisivo com o jornalista Audálio Dantas, que se interessou por seu livro, em processo de escrita, sobre a vida na favela (Farias, 2018). Esse encontro levou à publicação de seu livro *Quarto de despejo* e ao destaque nacional da autora.

A imprensa, porém, ao noticiar Carolina Maria de Jesus, frequentemente reduzia sua figura à de uma mulher pobre, negra e favelada, explorando sua origem com um viés sensacionalista e carregado de preconceitos sociais e raciais. Diferentemente de outros autores, geralmente apresentados a partir de suas obras ou trajetórias intelectuais, Carolina era constantemente identificada pela mídia por sua condição social - descrita como “a escritora da favela” ou “autora favelada” -, em uma tentativa de enquadrá-la como uma exceção exótica, e não como parte legítima do campo literário. A reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em

1977 é exemplar nesse sentido: afirma que “a linguagem dessa negra de 43 anos não tinha nada de literário”, deslegitimando sua produção textual, e reduzindo seu diário a um simples “manual da fome”. Ao chamá-la de “o maior *best seller* da miséria” e narrar sua trajetória como a de alguém que “fracassou como empregada doméstica”, o texto reforça estereótipos, ignorando a complexidade de sua escrita e a potência crítica de sua obra:

E o que havia nesse depoimento para interessar gente de tantos países? O título do livro “Quarto de despejo”, primeiro dos três (os outros “Casa de Alvenaria” e “Provérbios”) e único de sucesso veio de uma frase de Carolina: “Favela é o quarto de despejo da cidade”. E era mesmo. Em 59, em São Paulo, a escritora morava numa das doze favelas, a do Canindé, num dos trezentos barracos de telhados de lata, papelão, tábuas velhas, sem água, rede de esgoto, onde as panelas eram latas velhas e as cadeiras caixões. Um barraco de treze metros quadrados onde ela se amontoava com seus filhos, às margens do Rio Tietê. A única diferença de seu quarto e o dos outros favelados era uma pilha de livros ensebados guardados numa prateleira. Foram esses livros e os dois anos de primário cursados em Sacramento que permitiram Carolina escrever o cotidiano da favela, coisa inacessível a qualquer um de seus vizinhos (O best-seller da fome, 1977, p. 24).

Mesmo ao destacar, ao longo da matéria, o impacto internacional de *Quarto de Despejo*, traduzido em treze línguas e lido em mais de quarenta países, há uma insistência em enfatizar o cenário de miséria extrema em que Carolina vivia. Ao afirmar que “a única diferença entre seu quarto e o dos outros favelados era uma pilha de livros ensebados guardados numa prateleira”, o texto reforça a ideia de que sua escrita era uma exceção improvável - quase um acidente.

Nesse contexto, é interessante atentar-se ao significado de “livros ensebados”, uma vez que o uso carrega uma densidade simbólica que extrapola a descrição literal de livros antigos ou manuseados. A princípio, o termo pode remeter ao estado físico dos objetos: livros usados, gastos pelo tempo e pelo toque constante, possivelmente adquiridos em sebos ou doações. No entanto, ao mesmo tempo, essa expressão carrega uma ambiguidade significativa: “ensebado” pode sugerir também sujeira, gordura, impureza - elementos associados, dado o viés da reportagem, à pobreza extrema, à insalubridade, ao corpo que trabalha e sobrevive em condições de marginalização.

Nesse sentido, os “livros ensebados” não seriam apenas utensílios de leitura, mas emblemas da contradição entre miséria e conhecimento, entre exclusão social e potência intelectual. Eles simbolizam o gesto subversivo de Carolina: alguém que, em meio ao lixo, à fome e à exclusão, recorre à leitura e à escrita como instrumentos de afirmação. Essa pilha de livros manchados pelo uso intenso e pela ausência de conforto encarna o acesso possível, ainda

que limitado, ao mundo letrado, e ao mesmo tempo denuncia o contraste gritante entre o valor simbólico da literatura e a ausência de políticas públicas que democratizem seu acesso.

Essa narrativa, embora reconheça, de forma singela, a força do seu testemunho como denúncia social, é atravessada por um olhar marcado pelo racismo estrutural e pelo preconceito de classe, que tende a reduzir sua obra à condição de curiosidade sociológica, em vez de valorizá-la como produção literária legítima. Tal abordagem evidencia como artistas periféricos, especialmente mulheres negras, eram e ainda são constantemente representados a partir da marginalidade e da exclusão, o que dificulta o reconhecimento pleno de suas contribuições culturais e intelectuais. Além disso, a ênfase no adjetivo “ensebados” opera como um marcador de classe: sinaliza que o saber acessado por Carolina era uma espécie de saber “fora do lugar” que, ainda assim, gerou uma obra de alcance internacional. A carga semântica do termo, portanto, ajuda a sustentar a narrativa do “milagre literário” vindo da pobreza, que alimenta o olhar exótico e assistencialista, em vez de reconhecer sua produção como parte legítima do sistema literário nacional.

Esse processo de deslegitimação também atingiu a linguagem usada por Carolina. A autora enfrentou preconceito linguístico, já que sua escrita não seguia os preceitos da norma-padrão, o que, conforme Bagno (2007) afirma, ilustra a dificuldade daqueles que detêm o poder em aceitar variações linguísticas. No entanto, essa dificuldade advém de uma lógica dominante que naturaliza tais preceitos como a única forma legítima de expressão. O preconceito, nesse caso, não deriva de uma incapacidade de compreensão, mas de uma ideologia que marginaliza formas de fala e escrita não alinhadas à norma. Trata-se de um pensamento hegemônico que molda a percepção social da língua, transformando regras gramaticais naquilo que a sociedade entende como língua. Assim, essa dificuldade origina-se pela visão normativa e excludente, que opera como instrumento de controle simbólico.

Conforme apontam O’Neill e Massini-Cagliari (2023), seguindo as ideias de Bourdieu, esse sistema de controle simbólico estrutura a sociedade em um mercado de capital linguístico, no qual as formas padrão de linguagem possuem um valor superior e são valorizadas de acordo com as regras estabelecidas. Nesse contexto, a norma-padrão não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de poder que é legitimado e reproduzido pelo sistema educacional e pelas instituições, que detêm o monopólio sobre a produção de “competências linguísticas” reconhecidas socialmente. Assim, a imposição de uma única variedade linguística não é um simples reflexo de uma escolha estética ou funcional, mas uma forma de exclusão que marginaliza e subvaloriza outras formas de fala, transformando-as em “sub-standard” e, portanto, em socialmente desvalorizadas. Como os autores mostram, esse processo de

subordinação linguística, descrito como violência simbólica por Bourdieu, ocorre quando os falantes das variedades não padronizadas internalizam a visão de que suas formas de expressão são inferiores, perpetuando um ciclo de dominação social:

Thus, non-standard forms of a language are given a devalued price, and one's linguistic competence, the ability to adopt different speech forms, functions as linguistic capital in the market of the nation/state. Bourdieu makes the point that discussions and worries around language competence are really about control of the market and social domination. In his view, those who express views about the decline of language standards are concerned with their threatened linguistic capital which is the threatened market that they dominate. The value a standard language derives from the market has no value outside the market. When people try and defend the standard variety as being more 'logical' or 'refined' than other varieties, Bourdieu interprets this as a defence of the market in which their linguistic capital is being threatened⁵ (O'Neill; Massini-Cagliari, 2023, p. 18-19).

Nesse sentido, a discriminação em relação à sua linguagem foi pensada nesta pesquisa, uma vez que: I) o preconceito à linguagem do outro, como ocorreu diante da escrita da autora, mostra, como teoriza Leite (2022), preconceitos de outras ordens: social, política, econômica e racial; II) Carolina, por ser mulher, negra e pertencente ao grupo dos marginalizados, já sofria preconceitos.

A partir disso, buscou-se não só compreender se este olhar discriminatório diante da linguagem do outro interfere no livro da autora, mas também observar de que forma os “desvios” de acentuação gráfica, encontrados na obra, foram usados a favor ou não para a construção de um estereótipo a grupos marginalizados. Ao abordar essas questões, espera-se que o estudo contribua para repensar a relevância e a aplicação do acento gráfico, desmistificando essa convenção linguística frequentemente vista de forma rígida e excludente. Além disso, pretende-se colaborar com estudos que buscam ressignificar o estudo da língua, promovendo uma abordagem mais inclusiva e consciente das diversas formas de expressão linguística e das implicações sociais que elas carregam.

Dessa maneira, na seção de Fundamentação Teórica da pesquisa, será discutida a biografia de Carolina Maria de Jesus, com ênfase em aspectos fundamentais de sua vida, como

⁵ Assim, formas não padronizadas de uma língua recebem um valor depreciado, e a competência linguística de uma pessoa, a habilidade de adotar diferentes formas de fala, funciona como capital linguístico no mercado da nação/Estado. Bourdieu ressalta que as discussões e preocupações em torno da competência linguística, na verdade, dizem respeito ao controle do mercado e à dominação social. Em sua visão, aqueles que expressam opiniões sobre o declínio dos padrões linguísticos estão, na verdade, preocupados com o seu capital linguístico ameaçado, o qual é o mercado ameaçado que eles dominam. O valor de uma língua padrão advém do mercado e não tem valor fora dele. Quando as pessoas tentam defender a variedade padrão como sendo mais “lógica” ou “refinada” do que outras variedades, Bourdieu interpreta isso como uma defesa do mercado no qual seu capital linguístico está sendo ameaçado (tradução nossa).

sua origem, seu processo de alfabetização e sua trajetória como escritora, que culminou com a publicação de seu diário *Quarto de despejo*. A pesquisa também se apoia em referenciais teóricos que abordam questões essenciais relacionadas à ortografia, ao acento gráfico, à norma-padrão da língua portuguesa e ao preconceito linguístico. A análise de como Carolina utilizou a língua, frequentemente fora das normas tradicionais, revela como sua escrita foi alvo de críticas e marginalização, sendo rotulada pela mídia como “autora favelada”. Esse estigma a colocou em confronto com as convenções literárias e sociais da época.

Na seção de Metodologia, esta pesquisa combina as abordagens quantitativa e qualitativa. Inicialmente, foi realizada a coleta do *corpus*, com foco nas primeiras 52 páginas de um total de 197, de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), para identificar e classificar os “desvios” na escrita de Carolina Maria de Jesus, conforme mencionado na nota do editor, que preserva a escrita original da autora com algumas alterações. Optou-se por considerar apenas as 52 páginas iniciais da edição analisada, uma vez que constituem mais de um quarto do total de páginas (26,4%, mais especificamente). Além disso, à medida que o mapeamento de casos foi evoluindo das primeiras dez páginas para as 52 consideradas, foi possível observar a repetição dos tipos de fenômenos observados, sem a ocorrência de novos tipos. Assim, optou-se por não prosseguir a análise até o final do livro, enfocando, por outro lado, a análise no objetivo maior desta pesquisa, que é a discussão da manutenção da grafia original de Carolina na edição e sua (possível) relação com questões preconceituosas em nível linguístico. A pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa e qualitativa, na qual os fenômenos linguísticos não convencionais foram coletados e, em seguida, quantificados para identificar padrões frequentes de “desvios” linguísticos, com o objetivo de analisar esses aspectos sob a perspectiva do preconceito linguístico.

Na seção de Resultados, a análise foi dividida em etapas para entender o impacto da ausência de acento gráfico no significado e na percepção da obra. Primeiramente, identificaram-se 287 casos de “desvios” na acentuação gráfica. Como nosso foco foi a falta dos acentos agudo e circunflexo, já que ambos os acentos afetavam o sentido das palavras, restaram 272 casos para análise. A pesquisa segmentou esses casos, resultando em dois grupos: 227 casos em que a falta de acento gráfico não alterou o significado e 45 casos em que essa ausência causou mudança de sentido. A segunda parte da análise dedicou-se aos 45 casos, identificando padrões como alteração de classe gramatical, tonicidade e flexão. Na discussão, foi examinado o impacto dessas ausências no entendimento do texto, relacionando as questões de acentuação gráfica ao preconceito linguístico. A pesquisa refletiu sobre como a estigmatização da autora, associada à sua origem e aos “desvios” de acentuação, contribuiu para a marginalização de sua obra,

questionando por que esse tratamento não se aplica a outros escritores que também optaram por desconsiderar as normas gramaticais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, foi apresentada a autora Carolina Maria de Jesus, trazendo sua biografia e o que a literatura aborda sobre sua escrita. Além disso, foram indicados os principais autores e referenciais teóricos que guiaram a pesquisa, os quais estão relacionados a trabalhos sobre o acento gráfico, a ortografia, o sistema de escrita, a norma-padrão e o preconceito linguístico.

2.1 Carolina Maria de Jesus: biografia e literatura

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914. Era filha de João Cândido Veloso e Maria Carolina de Jesus e neta de Benedicto José da Silva, um ex-escravizado originário da província de Cabinda, em Angola, que obteve sua alforria do proprietário (Farias, 2018). No ano de seu nascimento, a Lei Áurea completava 26 anos de vigência no Brasil. Segundo Farias (2018), ainda persistiam resquícios daquela época: pessoas pretas continuavam a ser exploradas por meio do trabalho braçal, que era a única opção disponível para elas, além de receberem salários extremamente baixos.

Carolina foi a primeira de sua família a se alfabetizar, graças à intervenção de uma patroa de sua mãe, que lhe possibilitou frequentar a melhor escola de Sacramento, onde estudou por dois anos, até que sua mãe, Maria Carolina, precisasse deixar a cidade e levar a filha (Farias, 2018). Durante esse período, a futura escritora aprendeu a ler e escrever, o que lhe permitiu não apenas associar e interpretar letras e palavras, mas também entender seu lugar no mundo. Apesar de essa habilidade distinguir Carolina da maioria dos pretos de sua época, essa diferença pouco influenciou no seu ambiente de trabalho, já que as únicas opções disponíveis para mulheres pretas eram serviços braçais, independentemente de sua capacidade de leitura e escrita (Farias, 2018).

A futura autora encontrou o *Dicionário Prosódico do Brasil e Portugal*, de Antônio José de Carvalho e João de Deus, em um de seus empregos (Carvalho; Deus, *apud* Farias, 2018). Segundo Farias (2018), esse dicionário continha uma lista de unidades lexicais e seus significados, além de orientar a forma recomendada de pronunciar cada uma delas. No entanto, o livro revelava um preconceito linguístico significativo. Como Farias (2018) aponta, a introdução do dicionário indicava que era dirigido “a todos os que desejam falar sem erros de pronúncia, tão vulgares entre as pessoas ainda razoavelmente instruídas” e “ao público em geral e em especial aos que estudam nas escolas a língua portuguesa” (Farias, 2018, p. 88-89). O que

Carolina encontrou nesses trechos antecipava o tipo de recepção que sua própria escrita enfrentaria no futuro.

De acordo com Sousa (2011), o livro *Quarto de despejo* é classificado como um diário íntimo, incorporando elementos de narrativa autobiográfica, memorialística e testemunhal. O diário da autora possui significativa relevância como testemunho, uma vez que revela o contexto da favela, um cenário até então pouco explorado na Literatura, e expõe a realidade de seus habitantes, aqueles que vivem e sofrem no local, seja pela violência, seja pela escassez de recursos básicos para se viver. Sousa (2011) enfatiza a importância dos diários na recuperação de vozes reprimidas e silenciadas ao longo da história, pois eles “recontam a história oficial a partir de narrativas da vida privada” (Sousa, 2011, p. 94).

Sabendo disso, faz-se importante entender o contexto em que a autora foi “descoberta” e seu diário, publicado. Assim, em 1958, o jornalista Audálio Dantas, enquanto investigava um caso sobre o mau uso de balanços de brinquedo instalados pela prefeitura, visitou a favela do Canindé, localizada na margem esquerda do rio Tietê, em São Paulo. No lugar, encontrou Carolina Maria de Jesus, que estava em um confronto com homens adultos que haviam tomado o brinquedo de crianças. Durante a altercação, Carolina ameaçou denunciá-los em seu livro, o que despertou a curiosidade de Dantas. Ele questionou-a sobre a obra, e Carolina revelou que estava escrevendo um livro sobre a vida na favela (Farias, 2018). Impressionado com a escrita de Carolina, Dantas fez com que seus textos fossem publicados, e, assim, destacados na imprensa nacional.

Segundo Sousa (2011), a escritora não foi apresentada ao público de forma repentina. Antes do lançamento, o editor já havia promovido a autora na mídia, e o perfil de Carolina fora elaborado em reportagens produzidas por ele. Assim, no momento do lançamento da obra, em 1960, seu nome, sua história e sua origem já eram amplamente conhecidos.

Nesse sentido, segundo Farias (2018), uma das primeiras matérias sobre Carolina, assinada por Audálio Dantas e publicada na Folha da Noite em 1958, descrevia-a da seguinte forma: “Catadora de papel, passa fome com filhos pequenos, no barracão infecto, mas sabe ‘ver’ além da lama do terreiro e do zinco da favela” (Folha da Noite, 1958, p. 1-8, *apud* Farias, 2018, p. 188). Essa foi apenas uma das várias reportagens que abordaram a autora, frequentemente enfocando seu lugar de moradia, sua cor de pele e seu modo de vida.

Pode-se observar que a imprensa, ao divulgar a figura de Carolina Maria de Jesus, muitas vezes explorou suas características pessoais com o intuito de atrair a atenção do público. Destacava-se, sobretudo, sua origem na favela — um espaço historicamente marginalizado e distante das esferas de poder e prestígio da elite branca e rica da época. Essa abordagem

reducionista e estigmatizante é refletida nas próprias palavras da autora, que descreve a favela como “o quarto de despejo de uma cidade” e os pobres como “trastes velhos” (Jesus, 2014, p. 195). A escolha do título da obra, por si só, é um gesto de denúncia: ao utilizar a palavra “despejo”, Carolina evidencia sua percepção crítica sobre o funcionamento da sociedade, comparando a favela a um espaço em que são lançados ou descartados os vistos como “indesejados”. Dessa forma, a autora transforma sua vivência em denúncia, expondo o modo como os marginalizados são tratados como resíduos sociais, alijados do centro urbano e da cidadania.

A força simbólica dessa imagem se intensifica quando a autora afirma:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 37).

A partir dessa comparação entre os espaços, Carolina constrói uma crítica à desigualdade urbana, na qual a cidade representa o lugar do privilégio, enquanto a favela é relegada à função de depósito humano. Essa metáfora é reiterada em outro trecho em que a autora observa a condição das mulheres à sua volta: “Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 2014, p. 97). Nesse momento, a escritora expõe a desumanização sofrida pelos pobres, associando-se a um objeto que perdeu sua utilidade - alguém que a sociedade já não considera digno de cuidado ou de reconhecimento.

Ademais, Carolina explicita a omissão do poder público ao afirmar: “A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 107). Trata-se de uma denúncia direta à invisibilidade institucional que marca a vida nas periferias, onde o Estado não se faz presente com políticas públicas eficazes, somente com o abandono.

Assim, o título *Quarto de despejo* pode ser considerado estratégico e simbólico: não se refere apenas a um “onde”, mas a uma poderosa relação de semelhança que mostra a lógica da exclusão social brasileira. Ao usar esta palavra, a escritora não apenas denuncia um modelo de cidade que reserva para os pobres um lugar invisível, precário e isolado — um “quarto” em que se acumulam as vidas que não interessam ao projeto urbano pensado pelas elites. Ao se reconhecer como “uma despejada”, a autora transforma sua dor em denúncia e sua escrita em resistência, revelando que a favela não é fruto do acaso, mas consequência de um sistema que descarta seres humanos como se fossem objetos fora de uso. Assim, o título da obra não apenas

nomeia a realidade retratada, mas faz o leitor enxergar, com desconforto e consciência, o que a sociedade insiste em esconder.

A escrita de Carolina enfrentou o que Bagno (2007) define como “preconceito linguístico”, resultado de fatores socioeconômicos. Segundo Farias (2018), reportagens frequentemente se referiam ao livro e à autora com termos como “livro da favelada” e “autora favelada”. Segundo Sousa (2011), a autora de *Quarto de despejo* foi um “produto estranhado” (Sousa, 2011, p. 96), uma vez que não integrava o universo literário tradicional brasileiro, predominantemente composto por escritores, homens brancos, de classe média e altamente cultos. Essa apresentação pejorativa foi apropriada pela mídia, havendo um apelo inerente na intenção de caracterizar Carolina como se fez. Sousa (2011) aponta que a autora é recebida com rejeição porque ela desafia as convenções da literatura da época e, por meio dela, também da sociedade ao revelar a tensão entre “[...] o alto e o baixo, o lixo e o livro, a figura do escritor e a favelada” (Sousa, 2011, p. 96).

Nesse sentido, essa recusa pode ser interpretada como um incômodo social, tendo em vista que Carolina estava ocupando, como propõe Santos (2018), um espaço no qual vozes e rostos de etnias diferentes da branca eram ignorados ou desconsiderados:

É nesse sentido que *Quarto de Despejo* é tão importante pois anuncia à “sala de visitas”, metáfora dos espaços abastados da cidade, nos dizeres de Carolina, sua existência e emergência enquanto humanos que pensam e refletem sobre sua condição e reivindicam sua liberdade (Santos, 2018, p. 79).

Nessa perspectiva, o preconceito direcionado à escrita de Carolina, por não seguir a norma (cult) prestigiada, resultou em incômodos causados pelo seu lançamento em um espaço até então não ocupado por minorias. Dessa forma, sua escrita foi utilizada como pretexto para preconceitos sociais e raciais, alinhando-se à afirmação de Scherre (2005, p. 44) de que a língua é um instrumento de poder, dominação e opressão. A partir da língua utilizada, pode-se estabelecer divisões sociais e raciais de pessoas, levando a sua exclusão. Portanto, a discriminação à linguagem do outro reflete, para além da desigualdade social, a dificuldade de aceitação das variações linguísticas que não se alinham com as normas tradicionais, como no caso de Carolina.

Diante das questões levantadas sobre o preconceito linguístico e a marginalização das variações que não se conformam às normas tradicionais, é fundamental considerar como elementos ortográficos também desempenham um papel nessa dinâmica. Nesse sentido, observações quanto ao uso do acento gráfico podem refletir e perpetuar estigmas sociais e

raciais. Essa relação entre linguagem e identidade se torna ainda mais evidente ao ser analisada a escrita de Carolina, cujas particularidades linguísticas foram alvo de preconceito.

2.2 Acento gráfico

No português, o acento configura-se como um atributo fonológico (Massini-Cagliari, 1992; 2001; Collischonn, 1996; Silva, 2023), estando mais associado à concepção da gramática normativa acerca da “tonicidade”, que se refere à classificação dos termos fundamentada na posição das sílabas tônicas e átonas (Massini-Cagliari, 1992). No âmbito ortográfico, os acentos circunflexo e agudo são empregados como marcadores diferenciais, ou seja, constituem os sinais gráficos que são posicionados acima de uma vogal (Massini-Cagliari, 1992).

Nas gramáticas tradicionais (Cipro Neto; Infante, 2003; Bechara, 2009), encontram-se as regras gerais de acentuação gráfica, devendo receber acento agudo ou circunflexo: monossílabos terminados em -a, -as, -e, -es, -o, -os; oxítonos terminados em -a, -as, -e, -es, -o, -os, -em, -ens; paroxítonos terminados em -i, -is, -us, -r, -l, -x, -n, -um, -uns, -ão, -ãos, -ã, -ãs, -ps, -on, -ons; e todos os proparoxítonos. No entanto, há, segundo Bechara (2009, p. 106-107), os casos chamados de especiais.

Conforme o autor, as palavras oxítonas que contêm os ditongos abertos grafados como -éis, -éu(s) ou -ói(s) devem sempre ser acentuadas, como exemplificado por “anéis”, “céus” e “heróis”. Em contrapartida, as palavras paroxítonas com os ditongos abertos -ei e -oi não são acentuadas, devido à oscilação entre a pronúncia aberta e fechada em palavras como “assembleia” e “ideia”. Além disso, a palavra que se enquadrar em regra geral de acentuação e for paroxítona terminada em -r receberá acento gráfico (Bechara, 2009, p. 106).

Essas regras não se esgotam em si mesmas, existindo numerosas outras que devem ser consideradas: segundo Bechara (2009, p. 106-107), os encontros vocálicos fechados não recebem acento gráfico, como nos casos de “pessoa”, “patroa”, “teu” e “voo”. Entretanto, há exceções; por exemplo, palavras como “herôon”⁶ são acentuadas porque se enquadram em regras gerais de acentuação gráfica, apesar de serem paroxítonas terminadas em -n. Além disso, as palavras paroxítonas com vogais tônicas abertas ou fechadas que são homógrafas de artigos, preposições e conjunções átonas não recebem acento gráfico, como em “para” (verbo) e “para” (preposição). Seguindo essa lógica, a forma “para” (do verbo *parar*) perde o acento gráfico em compostos separados por hífen, como “para-brisa”. As vogais tônicas “i” e “u” recebem acento

⁶ Substantivo masculino, monumento erguido em memória de herói ou heroína (Herôon, [20--]).

agudo quando são a segunda vogal tônica de um hiato, desde que não formem sílaba com as consoantes “r”, “l”, “m”, “n”, “z” ou não estejam seguidas de “nh”, como em “saúde” e “viúva”. Por outro lado, as vogais tônicas dos ditongos “iu” e “ui” não recebem acento, conforme exemplificado em “caiu” e “retribuiu”.

Ainda de acordo com o autor, as vogais tônicas “i” e “u” nas palavras paroxítonas não são acentuadas quando precedidas de ditongo decrescente⁷, conforme exemplificado em termos como “baiuca”⁸ e “bocaiuva”⁹. Ademais, a palavra paroxítona “guaíba”¹⁰ mantém o acento agudo por ter a vogal tônica “i” precedida de ditongo crescente. Seguindo isso, as regras de acentuação estabelecem ainda que as vogais tônicas “i” e “u” das palavras oxítonas são acentuadas quando, mesmo precedidas de ditongo decrescente, encontram-se em posição final, isoladas na sílaba ou seguidas de “s”, como em “Piauí” e “teiú”. Porém, caso a consoante final seja diferente de “s”, tais vogais não recebem acento, como em “caium”¹¹ e “caiuns”. Adicionalmente, a terceira pessoa de alguns verbos apresenta grafias específicas, sendo que aqueles que terminam em -em possuem a seguinte configuração: para a terceira pessoa do singular, a forma é -em, enquanto na terceira pessoa do plural, é -êm, como em “ele tem” e “eles têm”. Para verbos que terminam em -ém, a estrutura é similar, e para aqueles que terminam em -ê (como “crê” e “dê”), a 3ª pessoa do singular é representada por -ê e a plural por -eem (Bechara, 2009, p. 106-107).

Embora já tenham sido apresentados numerosos casos a serem compreendidos e memorizados, a gramática ainda inclui outros, entre os quais se encontram também as suas exceções:

j) Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: *ágeis*, [...] *jóquei*, *túneis*, *área*, *espontâneo*, *ignorância*, *imundície*, *lírio*, *mágoa*, *régua*, *tênuê*.

k) Leva acento agudo ou circunflexo a forma verbal terminada em *a*, *e*, *o* tônicos, seguida de *lo*, *la*, *los*, *las*: *fã-lo*, *movê-lo*, *sabê-lo-emos*, *trá-lo-ás*.

⁷ Na concepção de Bisol (1989), os ditongos decrescentes e crescentes se distinguem tanto pela sua estrutura silábica quanto pelo nível fonológico em que são formados. O ditongo decrescente é aquele em que a vogal mais sonora é seguida por uma vogal alta (/i/ ou /u/) que, ao ocupar a coda da sílaba, converte-se em glide. Segundo a autora, essa transformação ocorre ainda no nível lexical, sendo o glide tratado como elemento da coda, por compartilhar a característica de ser [+soante], assim como as líquidas e as nasais. Já os ditongos crescentes se formam de maneira diferente: neles, a vogal alta ocupa a primeira posição da sequência vocálica e pode ser convertida em glide apenas no pós-léxico, associando-se ao ataque da sílaba seguinte.

⁸ Substantivo feminino. Botequim simples que geralmente vende bebidas alcólicas; bodega; (pejorativo) habitação humilde, pobre, miserável; biboca (Baiuca, [20--]).

⁹ Nome comum a algumas espécies de palmeiras do gênero *Acrocomia*, nativas das regiões tropicais das Américas (Bocaiuva, [20--]).

¹⁰ Brejo ou pântano de grande profundidade (Guaíba, [20--]).

¹¹ Substantivo masculino. Bebida fermentada, preparada pelos índios com mandioca cozida e fermentada. Faziam-na também com caju e outras frutas, e com milho e mandioca mastigados (Cauim, [20--]).

OBSERVAÇÃO: Pelo último exemplo, vemos que se o verbo estiver no futuro poderá haver dois acentos: *amá-lo-íeis*, *pô-lo-ás*, *fá-lo-íamos*.

l) Também leva acento agudo a vogal *i* das formas verbais **oxítonas** terminadas em *-ais* e *-uir*, quando seguidas de *-lo(s)*, *-la(s)*, caso em que perdem o *r* final, como em: *atraí-los(s)* [de *atrair-lo(s)*]; *atraí-lo(s)-ia* [de *atrair-lo(s)-ia*]; *possuí-la(s)* [de *possuir-la(s)*]; *possuí-la(s)-ia* [de *possuir-la(s)-ia*].

m) Não levam acentos os prefixos paroxítonos terminados em *-r* e *-i*: *inter-helênico*, *super-homem*, *semi-histórico*.

[...]

OBSERVAÇÕES:

1.º) Os verbos *ARGUIR* e *REDARGUIR* não levam acento agudo na vogal tônica *u* nas formas rizotônicas (aquelas cuja sílaba tônica está no radical): *arguo*, *arguis*, *argui*, *arguem*; *argua*, *arguas*, etc.

2.º) Os verbos do tipo *AGUAR*, *APANIGUAR*, *APAZIGUAR*, *APROPINQUAR*, *AVERIGUAR*, *DESAGUAR*, *ENXAGUAR*, *OBLIGUAR*, *DELINQUIR* e afins podem ser conjugados de duas formas: ou têm formas rizotônicas (cuja sílaba tônica recai no radical) com o *u* do radicalônico, mas sem acento agudo; ou têm formas rizotônicas com a ou *i* do radical com acento agudo: *averiguo* (ou *averíguo*), *averígues* (ou *averígues*), etc.; *delinquo* (ou *delínquo*), *delinques* (ou *delínques*), etc.; *delinqua* (ou *delínqua*), *delinquas* (ou *delínquas*), etc.

3.º) O verbo *delinquir*, tradicionalmente dado como defectivo (ou seja, verbo que não é conjugado em todas as pessoas), é tratado como verbo que tem todas as suas formas [...].

4.º) Em conexão com os casos citados acima, é importante mencionar que os verbos em *-ingir* (*atingir*, *cingir*, *constringir*, *infringir*, *tingir*, etc.) e os verbos em *-inguir* sem a pronúncia do *u* (*distinguir*, *extinguir*, etc.) têm grafias absolutamente regulares (*atinjo*, *atinja*, *atinge*, *atingimos*, etc.; *distingo*, *distinga*, *distingue*, *distinguimos*, etc.).

n) Leva acento circunflexo diferencial a sílaba tônica da 3.ª pess. sing. do pret. perf. *pôde*, para distinguir-se de *pode*, forma da mesma pess. do pres. do ind.

p) Não se usa acento gráfico para distinguir as palavras oxítonas homógrafas (que possuem a mesma grafia), mas heterofônicas (pronunciadas de formas diferentes), do tipo de *cor* (ô) (substantivo) e *cor* (ó) (elemento da locução *de cor*); *colher* (ê) (verbo) e *colher* (é) (substantivo).

OBSERVAÇÃO: A forma verbal *pôr* continuará a ser grafada com acento circunflexo para se distinguir da preposição átona *por*.

q) Não é acentuada nem recebe apóstrofo a forma monossilábica *pra*, redução de *para*. Ou seja, são **incorretas** as grafias *prá* e *p'ra*.

r) Pode ser ou não acentuada a palavra *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo; 3.ª pess. do sing. do pres. do ind. ou 2.ª pess. do sing. do imper. do verbo *formar*). A grafia *fôrma* (com acento gráfico) deve ser usada apenas nos casos em que houver ambiguidade, como nos versos do poema “Os sapos”, de Manuel Bandeira: “Reduzi sem danos/ A fôrmas a forma.” (Bechara, 2009, p. 106-107).

Ao se observar a quantidade de casos especiais ditados pela gramática normativa, fica claro o problema dessas regras de acentuação: a quantidade de idiossincrasias. Como mostra a gramática de Bechara (2009), existem tanto as regras gerais de acentuação quanto os casos especiais, compostos de dezessete exceções. Estas, por sua vez, podem resultar mais na confusão de como os acentos gráficos devem ser usados do que no seu esclarecimento. Isso pode ser ilustrado com o caso das oxítonas, que, de acordo com Tersariol (2007), seriam os vocábulos com a última sílaba sendo tônica. Todavia, quando se descreve, por exemplo, a palavra *abacaxi*, observa-se uma oxítônica que não recebe acento gráfico, apenas o acento tônico. Para saber que esse termo não é acentuado graficamente, a pessoa deveria ter memorizado as

quatro regras gerais. A situação torna-se mais complexa quando temos a palavra *raiz*, que é oxítona não acentuada; porém, ao ser posta no plural, torna-se *raízes*, paroxítona acentuada. Isso pode gerar dúvidas, pois, sendo uma derivada da outra, ambas deveriam receber acento gráfico, o que não ocorre. Além disso, ao ser analisada, por exemplo, a conjugação de *averiguar*, a gramática prescreve que, quando conjugado, o verbo pode ficar *averigues* ou *averígues*, ambos os paroxítonos terminados em -es, assim como o termo *raízes* que, no entanto, não apresenta a possibilidade de não ser acentuado. Nesse sentido, o que podemos observar é que a ideia de acentuação gráfica vai além do que Cipro Neto e Infante (2003) definem:

Na língua escrita, há elementos que procuram representar a posição da sílaba tônica e outras particularidades, como timbre (abertura) e nasalização das vogais. Esses elementos são os chamados acentos gráficos. O estudo das regras que disciplinam o uso adequado desses sinais é a **acentuação gráfica** (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 48).

Nesse sentido, em 2009, houve a criação do Novo Acordo Ortográfico, o qual entrou em vigor em 2015. Quando analisamos as alterações na acentuação introduzidas por ele, é possível observar que, em vez de facilitar, as regras tornaram-se ainda mais complicadas. A primeira dificuldade pode ser observada em Silva e Costa (2012), no capítulo em que os autores discutem as alterações referentes às palavras com acento agudo.

Essas mudanças, de acordo com Silva e Costa (2012), incluem a eliminação do acento agudo em ditongos abertos tônicos EI e OI, quando estes se encontram em posição de sílaba paroxítona, conforme exemplificado por palavras como: *ideia*, *boia*, *estreio*, *heroico*, *paranoico*, etc. (Silvia e Costa, 2012, p. 20). Os autores destacam que, para palavras que se enquadram nas condições anteriormente mencionadas, mas que seguem a regra das paroxítonas terminadas em R, o acento agudo deve ser mantido, como em *Méier* e *destróier* (Silva; Costa, 2012, p. 21). Além disso, a acentuação nos ditongos abertos tônicos das palavras oxítonas deve ser preservada, exemplificado por *anéis*, *fiéis*, *papéis*, *corrói*, etc. (Silva; Costa, 2012, p. 21).

Ao serem analisadas as primeiras alterações, constatou-se a complexidade adicional imposta pelo Novo Acordo Ortográfico em relação aos acentos. Por exemplo, a palavra *paranoico* contém um ditongo aberto, mas não é acentuada. Em contraste, a palavra *corrói*, que também apresenta um ditongo aberto, deve ser acentuada segundo as normas gramaticais. Para determinar a necessidade de acentuação, assim como no sistema anterior, o indivíduo precisa memorizar a regra estabelecida pela norma. Contudo, sob o Novo Acordo, um mesmo som pode ser acentuado ou não, dependendo da posição tônica que ocupa.

A mesma dificuldade se observa, por exemplo, em termos como *feiura* e *maiúsculo*. Conforme Silva e Costa (2012), no Novo Acordo Ortográfico, o acento agudo, em I e U tônicos, foi abolido, quando em posição de hiato e precedidos por ditongos em palavras paroxítonas. No entanto, essa regra não se aplica a palavras oxítonas e proparoxítonas, nem a casos em que I e U não são precedidos por ditongo. De forma semelhante, no momento de utilizar o acento gráfico, o indivíduo deve ter conhecimento das novas regras de acentuação, mesmo em casos nos quais a palavra apresenta a mesma letra e o mesmo som, como em *feiura* e *maiúsculo*. A complexidade, que já era significativa acerca do antigo acordo ortográfico, tornou-se ainda mais pronunciada e menos intuitiva, como se pensa, no novo sistema.

Azeredo (2018) faz um alerta sobre o problema, uma vez que pode ser gerada uma confusão entre o plano sonoro e sua representação na escrita. Esta última, como enfatiza, é feita pelo sistema ortográfico, que dispõe de particularidades, as quais podem acarretar divergências entre a forma falada e a forma escrita:

Por exemplo, usam-se combinações de letras - chamadas dígrafos - para representar um só fonema (cf. achar em face de mexer, quilo em face de calo, carro em face de rato, santo em face de irmã) ou a mesma letra para representar fonemas distintos (cf. o fonema /z/ em exato, rezar e pesar) ou a mesma letra para representar fonemas distintos (cf. a letra x em próximo, exato, roxo e sexo); usa-se o mesmo sinal ' para indicar tanto a maior intensidade de uma sílaba (cf. fábrica em face de fabrica) quanto a vogal aberta de um ditongo (cf. anzóis e papéis) (Azeredo, 2018, p. 413).

Diante desse cenário, tem-se o livro de Carolina Maria de Jesus, uma autora que escreve sem marcar ortograficamente os acentos gráficos, o que foi visto e apontado como “erro de português”, acarretando estereótipos negativos tanto para ela quanto para sua obra.

2.3 Ortografia e sistema de escrita

Cagliari (1999c), em *Sob o signo da ortografia*, defende que, para entender a ortografia, é preciso antes saber o que é a escrita e como é o seu sistema, visto que a ortografia seria apenas um uso específico da escrita. O autor argumenta que a escrita alfabética, no caso a que usamos, seria a representação da língua oral, tendo como fim a leitura, ou seja, seria um uso, em forma gráfica, requintado da linguagem oral. Nesse contexto, a ortografia surgiria para congelar as possíveis mudanças que a escrita poderia passar, neutralizando as variações linguísticas, isto é, as diferentes formas que uma palavra pode ser pronunciada, evitando distintas grafias que um mesmo termo teria em diferentes dialetos (Cagliari, 1999c).

Assim, a função da ortografia seria fixar as letras que devem ser usadas para que falantes, de diferentes localidades e épocas, consigam realizar a leitura sem levar em conta a pronúncia (Cagliari, 2002). Apesar desse congelamento da grafia das palavras, Cagliari (1999c) mostra que, em nosso alfabeto, a relação entre letras e sons pode gerar dúvidas no momento de se escrever determinados termos, visto que há a possibilidade de um grafema representar mais de um fonema, havendo uma abundância de problemas se pensarmos que escrita e fala são correlatos diretos.

Paralelamente, Moraes (2009) mostra que a função ideal da ortografia seria dar ao leitor o acesso a um texto, sem problemas na compreensão pela possibilidade de a variação linguística influenciar no escrito. Dessa forma, a leitura e o entendimento seriam facilitados. Ele explica que a escrita ortográfica foi uma convenção da sociedade, ou seja, uma norma que foi elaborada e acordada como a correta para se seguir, porém não necessariamente deveria possuir um caráter de obrigação ou necessidade, todavia, como se sabe, a norma-padrão adota uma perspectiva oposta, havendo uma imposição dos pressupostos. O autor aborda que, para além da visão de certo e errado, o uso da ortografia deve ser feito com o intuito de buscar uma comunicação eficaz.

Cagliari (1992) faz uma diferenciação entre sistema de escrita e norma ortográfica que nos possibilita entender melhor a função da ortografia. O autor argumenta que sistema de escrita e norma ortográfica não podem ser vistos como sinônimos, uma vez que o primeiro seria a forma econômica que se encontrou para registrar a fala, a qual está sob a influência do tempo, do espaço geográfico, da situação social e da idade dos indivíduos. Sabendo disso, houve um dilema do que fazer em relação à variedade da fala dificultar a escrita: optar por seguir fielmente a pronúncia das palavras, porém, se assim fosse escolhido, deveria haver a escolha de qual dialeto seguir; ou manter as letras com que os termos eram escritos no alfabeto estrangeiro que foi escolhido, ou as letras com que os termos estrangeiros anexados à língua eram escritos em sua língua de origem.

Todavia, como discute Cagliari (1992), o caráter mutável da oralidade não possibilitava a escrita fiel. Nesse contexto, emergiu a ortografia, funcionando como unificadora da escrita, o que viabilizava uma leitura clara, com as diferentes pronúncias vindas da variedade linguística. Portanto, o sistema de escrita se baseia no princípio alfabético¹², enquanto a ortografia poderia ser entendida como uma invenção consciente da sociedade.

¹² Segundo Cagliari (1999c), o princípio alfabético refere-se à compreensão de que cada letra do alfabeto representa um som específico. No entanto, no contexto do sistema alfabético, essa relação é mediada pelo princípio acrofônico, que postula que o som representado por uma letra está relacionado ao som inicial da palavra que essa

2.4 Normas linguísticas

As normas linguísticas, conforme aponta Faraco (2004, p. 38), correspondem às formas de uso da língua praticadas pelos diferentes grupos sociais. Sendo a sociedade brasileira composta por classes distintas e estratificadas, como bem observa o autor, há, portanto, múltiplas normas em circulação — tema que será explorado nesta seção.

Segundo Faraco (2008), o conceito de norma surgiu da necessidade de definir um referencial teórico capaz de abranger a diversidade linguística. Toda língua é, por natureza, heterogênea e sujeita a constantes transformações, e os fenômenos que a compõem variam de acordo com a variedade em questão. Por isso, buscou-se instituir um padrão por meio das gramáticas e dos dicionários, com o intuito de minimizar as marcas dialetais e consolidar uma referência suprarregional e transtemporal.

Entretanto, dado que as línguas não são sistemas homogêneos e estáticos, mas sim dinâmicos e variáveis, sustentar a ideia de que há apenas uma norma que rege toda uma língua heterogênea é uma visão simplista. O português é marcado por uma realidade plural, composta por diversas variedades e, conseqüentemente, por múltiplas normas — todas elas estruturadas, sistematizadas e dotadas de complexidade.

Faraco (2008) destaca que o que está em jogo é a valoração social atribuída a cada uma dessas normas. Certas variedades são mais valorizadas em detrimento de outras, muitas vezes associadas a estereótipos negativos. Essa hierarquização não se dá apenas por critérios linguísticos, mas envolve também aspectos socioculturais que conferem prestígio ou estigma a determinadas formas de falar.

Para discutir essa questão, o autor propõe uma distinção conceitual entre norma culta, norma-padrão e norma gramatical. A “norma culta” é definida como a variedade usada em contextos de maior monitoramento linguístico por grupos com ensino superior completo, geralmente mais habituados à prática da escrita. Para evitar a carga hierárquica do termo “culto”, ele sugere substituí-lo por “norma comum”, que designaria os fenômenos linguísticos recorrentes entre os falantes letrados em situações que exigem maior controle da fala e da

letra representa. Contudo, como o sistema de escrita do português envolve não apenas o alfabeto, mas também regras ortográficas, o princípio acrofônico serve apenas como um indicador de um dos possíveis sons das letras, e não uma correspondência exata e única. Além disso, segundo Massini-Cagliari (1999), a ortografia, ao estabelecer formas gráficas fixas para cada palavra, aproxima-se de certa forma de um sistema ideográfico dentro de uma base fonográfica. Nesse sentido, ela se afasta da mera representação sonora para privilegiar também o significante e o significado da palavra, o que pode levar a um distanciamento considerável da pronúncia real nas diferentes variedades linguísticas. Assim, não apenas os sons, mas também os sentidos se tornam pistas relevantes para a decodificação do texto escrito.

escrita. Importa notar que o autor distingue a norma culta falada da escrita, ressaltando que muitos traços típicos da fala culta são frequentemente criticados na escrita formal. Cabe ainda um adendo relevante sobre o tema: Vieira e Faraco (2023) ressaltam que falar e escrever são práticas sociais distintas. Assim, a gramática falada de um indivíduo será inevitavelmente diferente da sua gramática escrita, ainda que ambas se situem em registros formais. Isso ocorre porque as estruturas frasais características da fala e da escrita apresentam formas de organização distintas, refletindo as diferentes demandas e condições de produção de cada modalidade.

Já a “norma-padrão” é definida como uma codificação abstrata que serve como referência para promover um processo de uniformização linguística em lugares marcados por grande dialetação. Nesse sentido, norma-padrão se relaciona com aquilo que é normativo. O autor ressalta que a instauração da norma-padrão no Brasil foi um processo falho, já que foi feita de modo extremamente artificial. Isso porque a elite letrada da época quis estabelecer como padrão um modelo lusitano de escrita utilizado por autores do Romantismo, deixando de lado o que era comum na fala dos brasileiros, isto é, a norma comum. Esse projeto tinha como objetivo combater as variedades do português popular da época, identificadas como “pretoguês” por aquela elite, como salienta Faraco (2008). Por esse motivo, o projeto não avançou, uma vez que ia contra o senso linguístico dos usuários da língua.

A “norma gramatical”, por sua vez, corresponde à abertura das gramáticas contemporâneas aos usos efetivos da norma comum, promovendo uma flexibilização dos juízos normativos e rompendo com a tradição prescritivista mais rígida. Trata-se, portanto, do conjunto de fenômenos linguísticos considerados cultos ou recorrentes entre os falantes letrados, conforme descrito pelos principais gramáticos da segunda metade do século XX.

Por fim, Faraco (2008) apresenta a conceituação de “norma curta”, que se refere a preceitos dogmáticos sem respaldo nos fatos linguísticos ou nas melhores ferramentas normativas, mas que sustentam uma cultura prejudicial do erro, vigiando e punindo a fala e a escrita dos usuários da língua. Essa norma é fundamentada em um purismo exagerado da língua, sendo inflexível e categórica, classificando os fenômenos linguísticos de forma rígida, como certos ou errados, e sustentando, assim, práticas de vigilância e punição sobre o uso da língua. Como aponta o autor, ela seria responsável pela limitação da língua, reduzindo sua riqueza e legitimando o preconceito linguístico.

Rodrigues (2004) e Lucchesi (2004) contribuem para essa discussão ao explorarem a relação entre as normas linguísticas e o comportamento dos indivíduos em suas comunidades de fala. Rodrigues (2004) distingue entre padrão ideal e padrão real: os padrões culturais, enquanto generalizações normativas, nem sempre correspondem ao uso efetivo da língua. O

padrão ideal define o comportamento linguístico esperado, enquanto o real se refere ao uso concreto observado. Nesse sentido, a norma-padrão no Brasil pode ser compreendida como um padrão ideal - uma expectativa normativa que não reflete a heterogeneidade efetiva do comportamento linguístico, como ressalta Lucchesi (2004).

A fim de esmiuçar essa ideia, Lucchesi (2004) toma como base a distinção feita por Celso Cunha (1985), que diferencia norma objetiva de norma subjetiva. A norma objetiva seria aquela que se refere aos padrões observáveis na atividade linguística de um determinado grupo, ou seja, o que é efetivamente praticado pelos falantes em suas interações. Já a norma subjetiva está relacionada ao sistema de valores que orienta o julgamento subjetivo do desempenho linguístico dos falantes.

A distinção entre elas oferece um importante contexto para entender a polarização linguística entre a norma culta e a norma popular no Brasil, como defendido por Lucchesi (2004). Segundo o autor, essa polarização reflete a divisão entre os padrões linguísticos dos grupos sociais com acesso garantido aos direitos básicos, como educação, saúde e espaços urbanos (norma culta), e os padrões linguísticos da maior parte da população, que permanece excluída desses direitos e marginalizada socialmente (norma popular).

Ao relacionar essas ideias, a norma objetiva englobaria, assim, tanto as características da fala culta quanto da fala popular, uma vez que ambas estão inseridas no uso cotidiano da língua em diferentes contextos sociais. Já a norma subjetiva, designaria a forma como essas duas maneiras de falar são avaliadas e hierarquizadas pela sociedade. O autor mostra que essa divisão fica ainda mais evidente no contexto de industrialização e urbanização do Brasil, quando, apesar da democratização das relações sociais e da ampliação do acesso à cultura, as desigualdades se mantiveram. No plano objetivo, houve uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas brasileiras, mas, no plano subjetivo, o estigma sobre as variantes características da norma popular continuou a ser predominante.

Faraco e Zilles (2017) também contribuem com a discussão ao propor as categorias de “norma normal” - “o como se diz numa determinada comunidade de fala” (Faraco; Zilles, 2017, p. 12) - e de “norma normativa” - “como se deve dizer em determinados contextos (as pronúncias, as estruturas morfosintáticas e o léxico tomados sócio-historicamente como modelares)” (Faraco; Zilles, 2017, p. 12). A “norma normal” refere-se às formas linguísticas utilizadas cotidianamente pelos falantes, ou seja, às variedades linguísticas. Por outro lado, a “norma normativa” abrange o conjunto de regras que orientam o uso linguístico socialmente prestigiado. Como afirmam os autores, esse segundo caso seria uma tentativa de regulamentar e controlar o comportamento linguístico dos falantes.

Para esses autores, a língua corresponderia às suas variedades, assim, sendo mais multiforme do que uniforme:

A língua “comum”, a que se dá um nome singular (português ou língua portuguesa, por exemplo), é, de fato, um ente construído pelo imaginário social que, por um complexo entrelaçamento de fatores históricos, políticos e socioculturais, idealiza um objeto uno onde não há, efetivamente, unidade (Faraco; Zilles, 2017, p.29).

Cada falante, por sua vez, possui a capacidade de dominar diversas variedades de uma mesma língua, adaptando-se conforme a situação sociointeracional. Por isso, os autores argumentam que “todo falante é um camaleão linguístico” (Faraco; Zilles, 2017, p. 37). Isso evidencia como a concepção ideal da língua padrão pode oprimir os indivíduos, em vez de proporcionar a liberdade que deveria, a saber, a própria expressão.

Buscando elucidar uma gramática do português brasileiro escrito, Vieira e Faraco (2023) propõem o uso dos termos “norma-padrão brasileira” ou “norma brasileira de referência” para se referirem aos fatos gramaticais que não se baseiam nas variedades linguísticas faladas pelos brasileiros no seu dia a dia, mesmo os considerados mais cultos e escolarizados, nem naquela ancorada na literatura dos escritores do século XIX. Em vez disso, essa norma se fundamenta na gramática presente na prosa acadêmica e jornalística contemporânea — que, segundo os autores, representam os verdadeiros espaços da escrita formal no Brasil atual.

Portanto, a proposta de Vieira e Faraco (2023) ao adotar os termos “norma-padrão brasileira” ou “norma brasileira de referência” reflete uma tentativa de superar os limites da norma-padrão tradicional e da visão prescritivista rígida, incorporando a pluralidade e a diversidade das práticas linguísticas que caracterizam a escrita formal atual. Ao focarem na gramática da prosa acadêmica e jornalística contemporânea, os autores reconhecem que o conceito de norma precisa evoluir, ajustando-se às mudanças nas práticas comunicativas e ao contexto sociocultural da sociedade brasileira. Dessa forma, propõem uma visão mais inclusiva e representativa da língua escrita, que considere a heterogeneidade linguística do país sem perder de vista a necessidade de padrões de clareza e coerência, essenciais em certos espaços formais de comunicação.

2.5 Noção de erro ortográfico e preconceito linguístico

Tendo em vista a forte relação entre sistema de escrita, ortografia e norma-padrão, surge a ideia de “erro ortográfico”, comumente utilizada como gatilho para manifestações de preconceito linguístico - temas explorados nesta seção.

Bagno (2012), ao trabalhar a questão dos desvios ortográficos, argumenta que esses possuem fundamento, pois existem sons que podem representar diferentes letras, portanto, tais desvios poderiam ser esperados. O autor defende que é preciso um saber introdutório para entender os sinais gráficos da ortografia, pois ela não retrata fielmente a oralidade, uma vez que “[...] nem tudo o que se escreve se pronuncia, nem tudo o que se pronuncia se escreve” (Bagno, 2012, p. 387). Dessa forma, quando os pressupostos ditados por esse sistema não são seguidos, geram-se os desvios ortográficos, conhecidos popularmente como “erros de português”.

Miranda (2010) procura definir “erro”, mostrando que seria tudo aquilo que não pôde ser alcançado. Isto é, o termo teria um sentido negativo, havendo um juízo de valor negativo atribuído ao seu uso. Desse modo, quando “erro” se refere à linguagem, como no caso dos “erros de português”, cria-se, nas palavras de Bagno (2012, p. 350), uma “polarização falaciosa”, dividindo a língua em maniqueísmos: certo X errado; escrita X fala; etc. Possenti (1996) reforça essa crítica, observando que essa noção de erro está baseada na norma-padrão, uma variedade da língua que é considerada a única legítima. No entanto, como os autores mencionados sugerem, esse tipo de julgamento se torna arcaico, pois desconsidera as variações da língua, que são tão válidas quanto a norma-padrão.

Esse processo de avaliação, conforme destacado por Faraco e Zilles (2017) — inspirados nas ideias de Labov —, não ocorre de maneira isolada; ele reflete os juízos avaliativos de uma comunidade de fala, que compartilha, além dos traços linguísticos, uma mesma visão sobre o que é considerado adequado ou não. A avaliação linguística, portanto, não é apenas um reflexo da gramática, mas também está mediada pelos modelos culturais aos quais os falantes estão expostos. Ou seja, o que é visto como “adequado” ou “prestigiado” linguística e socialmente está ligado aos valores e às normas culturais que dominam a sociedade. A língua é, então, uma construção social, e as decisões sobre o que é “errado” ou “certo” são influenciadas por essas normas culturais que moldam os juízos de valor.

É nesse contexto de avaliação linguística mediada por modelos culturais que o preconceito linguístico surge. Bagno (2007) esclarece esse tipo de discriminação, que atribui um julgamento negativo às variedades da língua, denominando-o de preconceito linguístico. O autor explica que essa violência ocorre de forma sutil dentro da sociedade, porém não deixa de ser autoritária, repressiva e intolerante, e tem como fundamento preconceitos de outras ordens, como social e econômica. A linguagem passa, então, a ser um instrumento de dominação social,

pois, ao se valorizar uma forma de falar sobre outras, impõe-se uma hierarquia social invisível, mas muito poderosa.

Como aponta Gnerre (2009), a linguagem vai além de uma ferramenta de comunicação, sendo também um instrumento de dominação, pois, por meio dela, é possível detectar a posição social do falante e excluir determinados indivíduos de contextos de poder. Assim, impondo uma variedade sobre outras, leva-se à reafirmação da identidade da pequena parcela social que possui acesso à norma-padrão e à exclusão daqueles que não a possuem (Gnerre, 2009).

Sobre isso, Scherre (2005) reitera que a língua é usada como meio de opressão, fazendo com que injustiças sociais e humilhações sejam geradas em nome do dever com a norma-padrão, assim, indivíduos que não a seguem são julgados de deselegantes, incompetentes e burros. A ideia da autora ilustra o que Leite (2022) defende: o preconceito linguístico perpassa o domínio da linguagem, expondo ideologias que visam à homogeneização da diversidade e que desrespeitam as individualidades, tendo em vista que a língua “é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa sua subjetividade” (Leite, 2022, p. 13).

Leite (2022) realiza uma distinção significativa entre os conceitos de preconceito e intolerância. Segundo a autora, o preconceito refere-se à ideia, à opinião ou ao sentimento que propicia a intolerância. Em outras palavras, enquanto o preconceito é uma discriminação silenciosa que um indivíduo pode nutrir em relação à fala do outro, a intolerância se manifesta de forma explícita, evidenciando-se por meio de um discurso metalinguístico:

[...] o traço semântico mais forte associado ao sentido de intolerância é o de um comportamento, uma reação explícita a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não se trata apenas de uma discordância tácita. Por outro lado, um preconceito pode existir sem jamais se manifestar e, por isso, antecede a crítica (Leite, 2022, p. 20).

Assim, Leite (2022) sustenta que o preconceito é formado a partir do que foi “assimilado culturalmente ou plasmado em irracionalidades, emoções e sentimentos” (Leite, 2022, p. 22), sendo, portanto, um produto da tradição, do costume ou da autoridade. A autora referencia a perspectiva de Rouanet, indicando que comportamentos intolerantes são motivados por fatores externos, como questões sociais, levando à não aceitação do outro devido às diferenças:

[...] as diferenças linguísticas relacionadas a esses fatores unem os homens de mesmo estrato social e separam os diferentes. A linguagem é importante fator de identidade

e de segregação porque denuncia diferenças desde que o homem começou a falar (Leite, 2022, p. 26).

Em síntese, os conceitos de preconceito e intolerância, conforme delineados por Leite (2022), revelam a complexidade das interações sociais e linguísticas. O preconceito, ao ser uma forma implícita de discriminação, serve como precursor da intolerância, que se manifesta de maneira explícita e agressiva. Essa dinâmica evidencia não apenas a rejeição à diversidade, mas também como as normas linguísticas são influenciadas por contextos culturais e sociais, contribuindo para a formação de identidades e práticas de segregação. A conexão entre linguagem e identidade torna-se evidente, pois a linguagem não apenas reflete, mas também perpetua as divisões sociais. Assim, a compreensão desses conceitos é essencial para um olhar crítico sobre as práticas linguísticas e suas implicações na sociedade contemporânea, contribuindo para um debate mais consciente e inclusivo sobre as diferenças.

2.6 Considerações Finais

A partir do referencial teórico, as bases que foram usadas no estudo foram fundamentadas a fim de refletir sobre a confusa noção de acento gráfico encontrada nas gramáticas, o que leva a problemas de entendimento do assunto. Nesse viés, quando as palavras deixam de ser acentuadas, como no caso do livro de Carolina, isso passa a ser visto como erro ortográfico, o que é enxergado de forma pejorativa, ainda mais quando a pessoa que o comete apresenta características já detectadas com discriminação, como a autora, levando ao preconceito linguístico e às consequências advindas dele.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa se caracteriza por seguir as abordagens quantitativa e qualitativa. Ao se perceber, no livro de Carolina, alguns fenômenos não convencionais de escrita e a nota do editor esclarecendo que a obra manteve a escrita original da autora, com algumas alterações, surgiu a ideia de estudá-la sob a perspectiva do preconceito linguístico.

A primeira etapa foi a coleta do *corpus*, ou seja, a identificação e a classificação de cada “desvio” encontrado nas primeiras 52 páginas de *Quarto de despejo*. Para isso, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, em que foram realizadas a coleta dos fenômenos não padrão de linguagem e, posteriormente, a quantificação de cada tipo de alteração, buscando identificar padrões de “desvios” frequentes.

Nas 52 primeiras páginas analisadas, obteve-se uma quantidade substancial de dados (13.185 palavras), a qual, por meio de uma análise descritiva de frequência relativa (calculada dividindo a frequência absoluta pelo número total de elementos do conjunto e multiplicando o resultado por 100, para obter a representação em percentagem), mostrou resultados para a hipótese. Isto é: dos 13.185 termos escritos pela autora, somente 785 (ou 5,9%) possuíam algum tipo de “desvio”. Essas contagens foram feitas a partir da ferramenta Word Counter¹³ para fins de análise textual, na qual foi inserido o conteúdo presente nas 52 páginas de *Quarto de despejo*, extraído do arquivo em formato PDF. Essa ferramenta permite calcular automaticamente o número de palavras, caracteres, frases, parágrafos e páginas de um texto, proporcionando uma mensuração precisa e objetiva. A contagem obtida foi fundamental para a organização e delimitação do *corpus*, permitindo um melhor controle sobre a extensão do material analisado e contribuindo para a sistematização da pesquisa.

A escolha de limitar a análise às 52 primeiras páginas da edição considerada, que correspondem a 26,4% do total de 194 páginas, foi fundamentada em razões metodológicas e no objetivo específico da pesquisa. A princípio, essas 52 páginas representam uma porção significativa do livro, permitindo a obtenção de uma amostra robusta e representativa, sem a necessidade de explorar o livro em sua totalidade. Além disso, ao longo do processo de mapeamento dos fenômenos linguísticos, nas primeiras dez páginas e, posteriormente, nas 52 páginas selecionadas, observou-se uma repetição dos mesmos tipos de “desvios” na escrita de Carolina. Não foram identificados novos fenômenos à medida que a análise avançava, o que

¹³ Disponível em: <<https://wordcounter.net/>>. Acesso em: 30 abril 2025.

indicou que as primeiras 52 páginas já continham dados suficientes para alcançar os objetivos da pesquisa. Dessa forma, decidiu-se não prosseguir com a análise até o final do livro, mantendo o foco na questão central da pesquisa: a discussão sobre a manutenção da grafia original de Carolina na edição e sua possível relação com questões de preconceito linguístico. Assim, com essa restrição, foi possível abordar de maneira detalhada os aspectos mais relevantes da obra, sem desviar a atenção do objetivo principal.

Nessa etapa, o *corpus* perfez um total de 785 dados de usos não convencionais de escrita, baseados no que prescreve a gramática tradicional, entre os quais se encontram:

- a) 287 Fenômenos de Acentuação Gráfica, que abrangem a falta dos acentos agudo, circunflexo e grave em palavras que deveriam recebê-los, representados, respectivamente, no quadro 1.

Quadro 1 — Fenômenos de Acentuação Gráfica

Exemplos	Acentos gráficos
Puis agua no fogão para fazer café (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).	Falta de acento agudo
O senhor Ismael quando não está alcoolizado demonstra sua sapiencia (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso).	Falta de acento circunflexo
A noite o peito doia -me (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	Falta de acento grave e falta de acento agudo, respectivamente

Fonte: elaboração própria.

- b) 109 Fenômenos Ortográficos, que dizem respeito às palavras que não estão escritas conforme pré-estabelecido pela ortografia (quadro 2).

Quadro 2 — Fenômenos Ortográficos

Exemplos
Quando despertei, o astro rei deslisava no espaço (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
O meu risgistro geral é 845.936 (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso).
Ele seguio (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).

Fonte: elaboração própria.

- c) 111 Fenômenos de Concordância, que compreendem a verbal (a relação do verbo concordando, em número e pessoa, com o sujeito da oração) e a nominal (a relação do substantivo concordando, em gênero e número, com os adjetivos, artigos, pronomes e numerais que o acompanham). Ambas podem ser observadas no quadro 3.

Quadro 3 — Fenômenos de Concordância Verbal e Concordância Nominal

Exemplos	Fenômenos de Concordância
Crianças e mulheres que vinha reclamar que o José Carlos havia apedrejado suas casas (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).	Concordância Verbal
Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	Concordância Nominal

Fonte: elaboração própria.

- d) 59 Fenômenos de Regência, que abordam a verbal (relação que se estabelece entre um verbo e os seus complementos - objeto direto e objeto indireto -, uma vez que cada verbo exige complemento específico, que pode ou não ser associado por meio de uma preposição) e a nominal (relação entre um substantivo, um adjetivo ou um advérbio e os termos que os complementam, podendo ou não ocorrer por meio de uma preposição). Ambas podem ser observadas no quadro 4.

Quadro 4 — Fenômenos de Regência Verbal e Regência Nominal

Exemplos	Fenômenos de Regência
Fui na D. Florela pedir um dente de alho. E fui na D. Analia. E recebi o que esperava: Não tenho! (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).	Regência Verbal
Tenho a impressão (de) que são anjos que cantam (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).	Regência Nominal

Fonte: elaboração própria.

- e) 121 Fenômenos de Pontuação, os quais abrangem a falta ou a presença da vírgula em posições não tradicionais. No Quadro 7, pode-se observar os casos, em que, nos dois primeiros exemplos, temos, respectivamente, a falta da vírgula para separar o vocativo no final da oração e a falta da vírgula para isolar a oração subordinada adverbial temporal que antecede a oração subordinada. Nos demais exemplos, há o uso não padrão da vírgula para marcar as horas, e a vírgula para separar o sujeito do predicado.

Quadro 5 — Fenômenos de Pontuação

Exemplos
Vai buscar agua mamãe! (Jesus, 2014, p. 11).
Quando despertei o astro rei deslisava no espaço (Jesus, 2014, p. 11).
Deixei o leito as 6,30 (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
E eu, não sabia! (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
Eu, era o alvo das atenções (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).

Fonte: elaboração própria.

- f) 98 Fenômenos de Truncamento e Justaposição de Períodos, que dizem respeito, respectivamente, àqueles que são interrompidos por um ponto final, em vez de estarem ligados com a oração seguinte, e àqueles que deveriam estar em períodos diferentes, mas compõem apenas um (quadro 6).

Quadro 6 — Fenômenos de Truncamento e Justaposição dos Períodos

Exemplos	Fenômenos de Sintaxe
Eu estava indisposta. Com vontade de deitar (Jesus, 2014, p. 15).	Truncamento de Períodos
Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava agua desde as 4 horas... (Jesus, 2014, p. 18).	Truncamento de Períodos
Ceguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro (Jesus, 2014, p. 41).	Justaposição de Períodos
Cosinhei as batatas eles comeram (Jesus, 2014, p. 41).	Justaposição de Períodos

Fonte: elaboração própria.

Após localizados e classificados os fenômenos presentes no objeto de estudo, foi possível observar que a maior quantidade de desvios se deu no que concerne à acentuação gráfica. Assim sendo, o foco do estudo foi determinado, considerando que uma pesquisa de Mestrado, com duração limitada a dois anos, não permitiria abranger todos os fenômenos mapeados. Dessa forma, optou-se por concentrar a investigação no fenômeno mais frequente.

Nesse sentido, os fenômenos que diziam respeito somente à acentuação gráfica (acentos agudo, circunflexo e grave) foram separados. Com isso, haveria um total de 287 dados, no entanto, quando se observaram os acentos que podiam gerar mudança de significado das palavras caso não usados, percebeu-se que, dos três tipos coletados (agudo, circunflexo e grave), apenas dois deles acarretariam alteração de significação dos termos. No quadro 7, são

apresentados casos de palavras escritas sem o uso do acento grave, mostrando contextos em que ele não aparece no livro.

Quadro 7 — Acentos gráficos que não alteram significação dos termos (acentos graves)

Exemplos
Resolvi não sair a noite para catar papel (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
Deixei o leito as 6,30 (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso).

Fonte: elaboração própria.

Nesse sentido, foram retirados os dados com acentuação do tipo grave (crase), restando 272 fenômenos. A partir de então, pôde-se organizá-los em um quadro (Apêndice A), realizado por intermédio do Programa Excel, em que se passaram a verificar os casos em que a falta de acentuação gráfica causou a mudança significativa na semântica das palavras e aqueles em que isso não ocorreu.

Dessa forma, com os dados bem estruturados e organizados, pôde-se verificar a quantidade daqueles que tinham sua significação alterada, recortando, desse modo, o *corpus*, que passou a ser de 45 dados. Novamente, através de uma análise descritiva de frequência relativa, obteve-se a percentagem dessas ocorrências (16,5%), comparando com o total de 272 fenômenos coletados. Com esse resultado e a partir da fundamentação teórica selecionada, passou-se a fazer a análise qualitativa.

A análise e discussão se organizaram da seguinte maneira: a primeira parte da análise foi organizada em etapas estruturadas para compreender como a ausência de acento gráfico impacta o sentido das palavras e a percepção da obra. O processo iniciou-se com a identificação de 287 casos de “desvios” na acentuação, mas, como o foco foi a falta de acentos agudo e circunflexo, pois o acento grave não causava alteração significativa no significado das palavras, restaram 272 casos para análise.

A partir disso, a análise foi segmentada em critérios específicos: a classe gramatical da palavra acentuada e a classe da palavra sem acento, além de categorizar as ocorrências de falta de acento agudo e circunflexo. Isso permitiu observar como essas ausências poderiam alterar ou não o significado e a compreensão do texto. A partir dessa organização, os dados foram classificados em dois grupos principais: um em que a falta de acentuação não alterou o significado das palavras (227 casos) e outro em que a ausência de acento causou mudança de sentido (45 casos).

Diante disso, seguiu-se para a segunda parte da análise, em que passaram a ser analisados os 45 casos em que ocorriam a alteração de significado, buscando-se entender que tipo de mudança ocorria em cada uma das palavras. Assim, encontraram-se padrões específicos em cada uma delas. Identificou-se que, em alguns casos, a falta de acento resultou na alteração da classe gramatical da palavra, enquanto em outros, afetou a tonicidade, a flexão e a estrutura silábica do termo.

Na discussão, examinou-se se a ausência de acentuação gráfica em determinadas palavras alteraria o entendimento do texto. Para isso, utilizou-se como base a fundamentação teórica (cf. seção 2 desta Dissertação), analisando a estrutura frasal e o conceito de ortografia para chegar às respostas. Após a identificação dessas respostas, estabeleceu-se uma relação entre o preconceito linguístico e a vigilância sobre a acentuação gráfica no livro de Carolina Maria de Jesus, com o intuito de refletir sobre questões como: qual seria o limite de “erros” para que um texto seja considerado de baixa qualidade? Por que escritores que desconsideram as normas gramaticais são frequentemente elogiados, muitas vezes sendo reconhecidos por seu estilo único ou por licença poética, enquanto Carolina Maria de Jesus não recebeu o mesmo tratamento? O editor, ao destacar esses desvios, não estaria colocando a autora em uma posição vulnerável, ao sugerir que tais desvios são erros, e mantendo-os para estigmatizar a autora como “favelada”, ao mesmo tempo em que se exime de qualquer responsabilidade por “ter deixado passar” esses desvios?

4 RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, que teve como objetivo analisar os dados mapeados no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014).

A coleta de dados foi realizada a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, sendo o mapeamento feito manualmente, caso a caso, e as análises conduzidas por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa.

Os dados revelaram informações significativas sobre a ausência de acentos gráficos nas palavras coletadas, oferecendo uma visão detalhada de como esses “desvios” gramaticais impactaram a percepção de Carolina como autora, gerando manifestações preconceituosas. A interpretação dos resultados proporcionará uma melhor compreensão de como os erros linguísticos são percebidos no campo literário e contribuem para o fortalecimento do preconceito linguístico.

4.1 Análise dos casos de ausência do acento gráfico em *Quarto de despejo*

Ao observar os dados mapeados na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), percebemos que a maior parte dos “desvios” ocorre pela falta da acentuação gráfica das palavras, havendo 287 casos (Seção 3). Porém, pelo fato de o acento grave não gerar mudança significativa na semântica das palavras, foram considerados os acentos agudo e circunflexo, restando 272 dados.

No levantamento da literatura, constatou-se que as gramáticas normativas abordam o fenômeno da acentuação gráfica de modo superficial, trazendo, majoritariamente, a explicação do que seria sílaba tônica e as possíveis posições em que essa poderia ocupar, além das regras de acentuação sem nenhum tipo de explicação, apenas com o fim de memorização, o que causa confusão e dificuldade em acentuar graficamente os vocábulos. De maneira geral, os achados presentes nessas gramáticas podem ser sintetizados conforme afirmam Cipro Neto e Infante (2008, p. 55): “A acentuação gráfica consiste na aplicação de certos sinais escritos sobre algumas letras para representar o que foi estipulado pelas regras de acentuação [...]”.

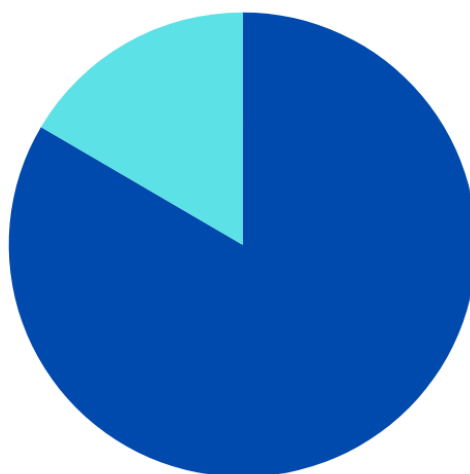
Isso chamou a atenção para a hipótese de que, se o senso comum se baseia somente nessas regras, possivelmente a população não teria noção do que, de fato, é o acento na língua portuguesa, uma vez que a definição apresentada pela gramática normativa é circular e pouco esclarecedora. Dessa forma, adotou-se um recorte: estudar a interferência que a falta de

acentuação gráfica (acentos agudo e circunflexo) das palavras, no livro de Carolina, poderia ter causado, obtendo como consequência o preconceito linguístico com o qual a obra foi criticada.

Assim, foram estabelecidos critérios para a análise dos dados mapeados, os quais segmentam os tipos de “erros ortográficos” (falta de acento agudo e circunflexo) e associam as consequências desses desvios às classes gramaticais das palavras, o que ajuda a entender melhor como essas variações podem ou não alterar o significado e a compreensão do texto: 1) Classe gramatical da palavra acentuada; 2) Classe gramatical da palavra sem acento; 3) Falta de agudo; 4) Falta de circunflexo. Realizada essa parte, obtivemos um total de 227 palavras em que a falta de acento, seja agudo seja circunflexo, não causou a mudança de sentido, enquanto 45 termos sofreram a mudança de significado sem a acentuação (gráfico 1).

Gráfico 1 — Dados sem acentos agudo e circunflexo

45 dados com alteração de significado
16.5%



227 dados sem alteração de significado
83.5%

Fonte: elaboração própria.

Com o quadro 8, verificaram-se algumas das palavras que não tiveram sua significação alterada quando não acentuadas graficamente, as quais podem ser vistas totalmente no Apêndice; e, com o quadro 9, verificaram-se as palavras que tiveram o seu significado alterado sem a acentuação gráfica.

Quadro 8 — Palavras não acentuadas graficamente sem alteração de sentido

Palavras que não alteram o significado quando não acentuadas graficamente	1 quilo de toucinho e 1 quilo de açucar e seis cruzeiros de queijo (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Mas os custos dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Mas os custos dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	A noite o peito doia -me (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	O onibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Ele estava no nucleo (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Vai buscar agua mamãe! (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Esperei até as 11 horas, um certo alguem (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).
	Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	Era o dono do Centro Espirita da rua Vergueiro 130 (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	O Sol está tepido (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	A Silvia e o esposo já iniciaram o espetaculo ao ar livre (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	Se estou gravida não é da sua conta (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	A lingua delas é como os pés de galinha (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	E falamos de politicos (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).
	Eu nunca chinguei filhos de ninguem , nunca fui na porta de vocês reclamar contra seus filhos (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso).
	Tem mulher que diz que sabe criar os filhos, mas algumas tem filhos na cadeia classificado como mau elemento (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso).

Fonte: elaboração própria.

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(continua)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	E uma maquina de costura (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	E eu que estou querendo comprar uma maquina de costura... (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso).
	A comida no estomago é como o combustivel nas maquinas (Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso).
	A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saíam do campo (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	Não tem privilegio de gosar descanso (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).
	Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saíam do campo (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).
	Encontrei varias pessoas amigas e parava para falar (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(continuação)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	Varias pessoas afluíram-se (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).
	Quando retornei vi varias pessoas as margens do rio (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).
	Varias mulheres lhe impedio o gesto (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).
	Varias pessoas vieram vê-la (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).
	Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se (Jesus, 2014, p. 43, grifo nosso).
	E varias pessoas da favela não tem agasalho (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso).
	Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra (Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso).
	Fui no deposito receber... 60 cruzeiros (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).
	Fui no deposito receber o dinheiro do papel (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso).

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(continuação)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	Um dia ela pediu-me o radio emprestado (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).
	Ela odeia-me porque os meus filhos vingam e por eu ter radio (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).
	Quando cheguei liguei o radio para saber as horas (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).
	Que a Radio patrulha cançou de vir buscá-lo (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso).
	O homem que bebe não compra roupas. Não tem radio , não faz casa de tijolo (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso).
	Liguei o radio (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).
	Para evitar aborrecimentos, eu levei o radio para a casa de D. Florela (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso).
	Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso).
	E do Circulo Exetorico (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso).

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(continuação)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	O assalto teve inicio as 4 horas (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso). ¹⁴
	No inicio são iducadas, amaveis (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso).
	É o inicio do mês (Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso).
	Escreve e depois dá a um critico para fazer a revisão (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso).
	E pensei na eficiencia da lingua humana para transmitir uma noticia (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).
	E a noticia já circulou que a D. Maria José faleceu (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).
	Fui falar com a Policia Feminina, que me deu a noticia do José Carlos, que estava lá na rua Asdrubal Nascimento (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso).
	Mas eu já perdi o habito de sorrir (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso).

¹⁴ É interessante notar que, na obra, não foi encontrada a presença equivocada de um acento gráfico - ou seja, casos em que o acento estivesse presente de forma indevida, por exemplo, na frase “Eu início o trabalho na próxima semana”, em que ocorre a presença do acento agudo em um lugar em que não deveria haver. Construções como essa, em que o substantivo “início” foi posto equivocadamente no lugar da forma verbal “início”, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, não foram observadas ao longo das páginas analisadas. Isso reforça que a maior parte das ocorrências diz respeito à ausência de acentos obrigatórios e não ao seu uso indevido.

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(continuação)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).
	Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxilio ao propalado Serviço Social (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).
	Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).
	Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso).
	Isto não pode ser real num paiz fértil igual ao meu (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).
	No nosso paiz tudo está enfraquecendo (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).
	Os medico que nós temos na política sabem disto (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).
	O medico mandou-me comer óleo mas eu não posso comprar (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso).
	Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica Peixe (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso).

Quadro 9 — Palavras não acentuadas graficamente com alteração de sentido

(conclusão)

Palavras que alteram seu significado quando não acentuadas graficamente	Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra (Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso).
---	--

Fonte: elaboração própria.

Passaram-se, com isso, a analisar os 45 dados que trariam modificação de sentido e verificou-se a presença de padrões.

4.2 Análise das palavras que alteram o significado quando não acentuadas graficamente

Diante das palavras não acentuadas graficamente, observamos que, em 45 casos, houve a alteração de seu significado. Buscando estabelecer padrões, foram analisadas cada uma das ocorrências que são apresentadas nos exemplos:

4.2.1 Termo “maquina”

Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma **maquina** de moer carne (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

E uma **maquina** de costura (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

E eu que estou querendo comprar uma **maquina** de costura... (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso).

O termo “máquina”, quando não acentuado graficamente, talvez pudesse ser lido (se levássemos em consideração o comentário inicial do editor) como “maquina”, o que alteraria sua classe gramatical de substantivo para verbo (terceira pessoa do singular - ele -, do presente do indicativo), modificando também sua tonicidade, uma vez que, de palavra proparoxítona, torna-se paroxítona.

4.2.2 Termo “*maquinas*”

A comida no estomago é como o combustível nas **maquinas** (Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso).

Da mesma forma, o termo “*máquinas*”, quando no plural, talvez pudesse ser lido com as seguintes alterações: modificam-se a classe gramatical (de substantivo para verbo) e a tonicidade (de proparoxítona para paroxítona). No entanto, o verbo passa para a segunda pessoa do singular - tu -, do presente do indicativo).

4.2.3 Termo “*sai*”

A indisposição desapareceu **sai** e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

“*Sai*”, sem o acento agudo, talvez pudesse ser lido como “*sai*”, mudando sua flexão e sua estrutura silábica. Em relação à flexão, o termo acentuado graficamente está conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do pretérito perfeito, do modo indicativo; enquanto sem a acentuação gráfica, o verbo fica na terceira pessoa do singular - ele -, do presente do indicativo. Em relação à estrutura silábica, “*sai*” possui duas sílabas, com a presença de um hiato (sa-i); já “*sai*” é um monossílabo átono, havendo um ditongo (sai).

4.2.4 Termo “*privilegio*”

Não tem **privilegio** de gosar descanso (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

“*Privilégio*”, quando não acentuado graficamente, poderia ser interpretado como “*privilegio*”, alterando sua classe gramatical de substantivo para verbo (primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo) e modificando a estrutura silábica, já que passa de ditongo (pri-vi-lé-gio) para hiato (pri-vi-le-gi-o). Dessa forma, mesmo que ambas as palavras sejam paroxítonas, no substantivo, temos a sílaba mais forte sendo -lé- (pri-vi-lé-gio), enquanto no verbo, a sílaba mais forte seria o -gi- (pri-vi-le-gi-o).

4.2.5 Termo “*varias*”

Quando eu passava perto do campo do São Paulo, **varias** pessoas saiam do campo (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).

Encontrei **varias** pessoas amigas e parava para falar (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).

Varias pessoas afluiram-se (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).

Quando retornei vi **varias** pessoas as margens do rio (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).

Varias mulheres lhe impedio o gesto (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).

Varias pessoas vieram vê-la (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).

Há **varias** coisas belas no mundo que não é possível descrever-se (Jesus, 2014, p. 43, grifo nosso).

E **varias** pessoas da favela não tem agasalho (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso).

Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e **varias** residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra (Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso).

A palavra “*várias*”, quando lida sem o acento gráfico, altera de classe gramatical, transformando-se em verbo (segunda pessoa do singular - tu -, do presente do indicativo). Além disso, sua estrutura silábica é alterada, de ditongo a hiato, pois de duas sílabas (*vá-rias*) divide-se em três (*va-ri-as*). Com isso, mesmo ambos os termos sendo paroxítonos, cada um possui uma sílaba tônica diferente: no pronome, essa é a primeira (*vá-rias*), e no verbo é a segunda (*va-ri-as*).

4.2.6 Termo “*saíam*”

Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas **saíam** do campo (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso).

O verbo “*saíam*”, quando não acentuado graficamente, muda sua flexão: “*saíam*” encontra-se na terceira pessoa do plural - eles -, do pretérito imperfeito, no modo indicativo; já “*saíam*” pode ser classificado na terceira pessoa do plural - eles -, do pretérito imperfeito, no

modo subjuntivo, ou na terceira pessoa do plural do imperativo afirmativo. Dessa maneira, sem a devida acentuação, a palavra altera sua flexão de modo.

4.2.7 Termo “*deposito*”

Fui no **deposito** receber... 60 cruzeiros (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).

Fui no **deposito** receber o dinheiro do papel (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso).

A palavra “depósito”, quando grafada sem o acento agudo, altera sua classe gramatical de substantivo para verbo (primeira pessoa do singular do presente - eu -, no modo indicativo). Há também a alteração da tonicidade: com o acento gráfico, é uma proparoxítona; sem o acento gráfico, torna-se uma paroxítona.

4.2.8 Termo “*radio*”

Um dia ela pediu-me o **radio** emprestado (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).

Ela odeia-me porque os meus filhos vingam e por eu ter **radio** (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).

Quando cheguei liguei o **radio** para saber as horas (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso).

O homem que bebe não compra roupas. Não tem **radio**, não faz casa de tijolo (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso).

Que a **Radio** patrulha cançou de vir buscá-lo (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso).

Liguei o **radio** (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).

Para evitar aborrecimentos, eu levei o **radio** para a casa de D. Florela (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso).

Porque vocês deixaram a **Radio** Patrulha em paz (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso).

A palavra “rádio”, sem acentuação gráfica, possivelmente altera na leitura sua classe gramatical de substantivo para verbo (primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo). Além disso, há uma alteração na estrutura silábica: como substantivo, ela possui duas sílabas, havendo um ditongo (rá-dio), e, como verbo, ela passa a ter três sílabas, com a

presença de um hiato (ra-di-o). Apesar de os termos serem paroxítonos, ocorre uma alteração da incidência da tônica: no primeiro caso (rádio), incide-se sobre rá-; já no segundo caso, incide-se sobre -di-.

4.2.9 Termo “circulo”

E do **Circulo** Exetorico (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso).

A palavra “círculo”, quando lida a partir da grafia sem o acento agudo, pode ser confundida com “circulo”, alterando sua classe gramatical e sua tonicidade. Isto é: no primeiro caso, é um substantivo e uma proparoxítona, enquanto no segundo caso, é um verbo, conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo, e uma paroxítona.

4.2.10 Termo “inicio”

O assalto teve **inicio** as 4 horas (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso).

No **inicio** são iducadas, amaveis (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso).

É o **inicio** do mês (Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso).

“Início”, quando não acentuada graficamente, pode confundir-se com “inicio”. Assim, ocorre a alteração da classe gramatical da palavra, de substantivo para verbo (conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo) e mudança em sua estrutura silábica, já que, quando substantivo, possui três sílabas, com a presença de um ditongo (i-ní-cio), e, quando verbo, passa a ter quatro sílabas, com a presença de um hiato (i-ni-ci-o). Embora nos dois casos as palavras sejam paroxítonas, há alteração da incidência da tônica: i-ní-cio *versus* i-ni-ci-o.

4.2.11 Termo “critico”

Escreve e depois dá a um **critico** para fazer a revisão (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso).

A palavra “crítico”, sem o acento agudo, pode ser interpretada como “critico”, ou seja, mudando de substantivo para verbo (conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo). Dessa forma, além de haver a alteração da classe gramatical, ocorre

também a mudança da tonicidade da palavra, visto que, quando substantivo, é uma proparoxítona, mas, modificando-se para verbo, transforma-se em paroxítona.

4.2.12 Termo “*noticia*”

E pensei na eficiencia da lingua humana para transmitir uma **noticia** (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).

E a **noticia** já circulou que a D. Maria José faleceu (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).

Fui falar com a Policia Feminina, que me deu a **noticia** do José Carlos, que estava lá na rua Asdrubal Nascimento (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso).

“Notícia”, quando não acentuada graficamente, pode ser confundida com “noticia”. Dessa maneira, ocorre a alteração de sua classe gramatical, pois de substantivo passa a verbo, conjugado na terceira pessoa do singular - ele -, do presente do indicativo, e alteração de sua estrutura silábica. Com isso, observa-se que “notícia” possui três sílabas, com a presença de um ditongo (no-tí-cia), e “noticia” tem quatro sílabas, com a presença de um hiato (no-ti-ci-a). Apesar de os dois termos serem paroxítonos, em cada um a tônica incide sobre uma sílaba diferente: no primeiro caso ocorre em -tí-, enquanto no segundo, em -ci-.

4.2.13 Termo “*habito*”

Mas eu já perdi o **habito** de sorrir (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso).

O substantivo “hábito”, sem o acento agudo, acaba por apresentar forma semelhante ao verbo “habito”, conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo, assim, ocorrendo a mudança da classe gramatical. Além disso, acontece também a alteração da tonicidade, uma vez que o substantivo é um termo proparoxítono, enquanto o verbo é um paroxítono.

4.2.14 Termo “*auxilio*”

Eu vim aqui pedir um **auxilio** porque estou doente (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).

Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir **auxilio** ao propalado Serviço Social (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).

A palavra “auxílio”, sem o acento ortográfico, pode ser interpretada como “auxilio”, ou seja, passando de substantivo para verbo, conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo. Desse modo, além da alteração da classe gramatical, há a mudança na estrutura da palavra: de três sílabas, com um ditongo (au-xí-li-o), passa a conter quatro sílabas, com um hiato (au-xi-li-o). Assim como nos outros casos, esses termos são paroxítonos, porém com diferentes incidências da tônica: au-**xí**-lio *versus* au-xi-**li**-o.

4.2.15 Termo “ganancia”

Ficam esperando os preços subir na **ganancia** de ganhar mais (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso).

O substantivo “ganância”, sem o acento gráfico, apresenta forma gráfica semelhante ao do verbo “gananciar”, conjugado na terceira pessoa do singular - ele -, do presente do indicativo, tornando-se “ganancia”. Ocorre também a alteração da estrutura silábica, modificando-se de três sílabas, com um ditongo (ga-nân-cia), para quatro sílabas, com um hiato (ga-nan-ci-a). Nesse sentido, percebe-se que a tônica, apesar de continuar sendo paroxítona, incide em diferentes sílabas em cada ocorrência: na primeira sobre o -nân- e na segunda sobre o -ci-.

4.2.16 Termo “paiz”

Precisamos livrar o **paiz** dos políticos açambarcadores (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso).

Isto não pode ser real num **paiz** fértil igual ao meu (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).

No nosso **paiz** tudo está enfraquecendo (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).

Nesse caso, “país”, escrito “paiz”, temos, primeiramente, a ausência do acento agudo e a utilização de <z> no final da sílaba no final da palavra, padrão gráfico relativo a palavras oxítonas terminadas em hiato - contrário de “pais”, em que ocorre um ditongo, havendo, também, uma mudança de silabação, uma vez que de dissílabo passa a ser monossílabo.

4.2.17 Termo “*medico*”

Os **medico** que nós temos na política sabem disto (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).

O **medico** mandou-me comer oleo mas eu não posso comprar (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso).

“Médico”, sem acentuação gráfica, pode ser confundido com o verbo “medico”, isto é, passando de um substantivo para um verbo, conjugado na primeira pessoa do singular - eu -, do presente do indicativo. Ademais, ocorre a mudança da tonicidade do termo, passando de proparoxítona para paroxítona.

4.2.18 Termo “*Fabrica*”

Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na **Fabrica** Peixe (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso).

Na mudança de “fábrica” para “fabrica”, acontece a alteração da classe gramatical e da tonicidade do termo. Ou seja, de substantivo passa a verbo, conjugado na terceira pessoa do singular - ele -, do presente do indicativo; e de proparoxítono passa a paroxítono.

4.2.19 Termo “*residencias*”

Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias **residencias** porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra (Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso).

O termo “residências”, sem o acento gráfico, pode se confundir com “residencias”. Assim, de substantivo, obtemos um verbo, conjugado na segunda pessoa do singular - tu -, do presente do indicativo. Ademais, ocorre a alteração de sua estrutura silábica, pois, quando substantivo, a palavra tem quatro sílabas, com a presença de um ditongo (re-si-dên-cias), e, quando verbo, possui cinco sílabas, com um hiato (re-si-den-ci-as). Desse modo, a tônica, mesmo sendo paroxítona, incide em diferentes sílabas em cada palavra: re-si-dên-cias *versus* re-si-den-ci-as.

Sendo assim, ao observar a análise de cada caso em que o vocábulo teria seu sentido alterado sem o acento gráfico, percebe-se que ocorrem padrões nas mudanças, os quais podem ser resumidos em:

- a) alteração da classe gramatical e da tonicidade da palavra;
- b) alteração da flexão e da estrutura silábica da palavra;
- c) alteração da classe gramatical e da estrutura silábica da palavra;
- d) alteração da tonicidade, da estrutura silábica e do significado da palavra.

5 DISCUSSÃO

Como já foi discutido na Introdução desta dissertação, no início do livro, o editor insere uma nota que enfatiza a fidelidade da edição à linguagem da autora, a qual desafia as normas estabelecidas pela gramática tradicional, especialmente no que diz respeito à grafia e à acentuação gráfica. No entanto, ele realiza algumas alterações, como afirma, com o intuito de evitar que isso causasse possíveis incompreensões durante a leitura (cf. seção 1 desta dissertação).

Nesse sentido, pode-se inferir que, para o editor, alguns termos utilizados por Carolina, devido à sua grafia ou à ausência de acentuação gráfica, poderiam resultar em mal-entendidos acerca do conteúdo da obra. Essa inferência é corroborada pela ênfase que ele dá ao fato de que a obra desafia as normas gramaticais, mencionando especificamente a grafia e a acentuação das palavras, elementos que, se não considerados, poderiam comprometer a compreensão do texto.

Pode-se refletir sobre a intenção por trás desse aviso: sem ele, o leitor talvez não conseguiria perceber os “desvios” na linguagem da autora? Além disso, a ausência dessa orientação poderia resultar em ambiguidades e mal-entendidos em relação ao conteúdo da obra? Por exemplo, o leitor confundiria o significado de “depósito” (substantivo) com “deposito” (verbo “depositar”, na primeira pessoa do singular, do presente do indicativo)? O editor não estaria, de certa forma, colocando a autora em uma posição vulnerável, deixando explícita sua visão de que os erros são de fato erros, e optando por mantê-los para estigmatizar a autora como “favelada”, ao mesmo tempo em que se exime de qualquer responsabilidade por “ter deixado passar” tais desvios? Isso não seria uma manifestação de preconceitos e uma exploração comercial de caráter oportunista? Diante dessas questões, é possível concluir que, para o editor, a forma — particularmente a acentuação gráfica — é de grande relevância para a correta compreensão do conteúdo.

Uma vez considerada essa ideia, de que o leitor não conseguiria distinguir as palavras sem acentuação gráfica, levando à falta de compreensão do texto, desconsiderar-se-ia o que Travaglia (2014) entende como competência linguística dos falantes:

Competência linguística é um termo que denomina a capacidade do usuário da língua de produzir e entender um número infinito de sequências linguísticas significativas, que são denominadas sentenças, frases ou enunciados, a partir de um número finito de regras e estruturas. Segundo alguns, é o conjunto de normas ou regras que temos em nossa mente (internalizadas, portanto) que nos permite emitir e receber frases, e julgar se elas são ou não bem formadas ou se podem ou não ser consideradas como frases que pertencem à língua. Assim julgamos “O menino comeu a maçã” é uma frase da língua portuguesa, gramatical, isto é, produzida de acordo com a gramática

da língua, as regras ou normas internalizadas. Por outro lado, uma frase como “Menino o comeu maçã a” é considerada como agramatical, ou seja, como uma frase estranha ou que não é boa, e portanto, não pertencente à língua, porque há uma regra da língua que não permite colocar o artigo depois do substantivo (Travaglia, 2014, p. 24).

Em outras palavras, Travaglia (2014) afirma que competência linguística é a capacidade do usuário da língua de produzir e entender uma infinidade de sequências linguísticas significativas, a partir de um conjunto limitado de regras e estruturas. Essa competência, no entanto, não depende exclusivamente da conformidade com normas ortográficas rígidas, mas envolve a habilidade de compreender e produzir frases conforme as regras internalizadas, o que implica que falantes da língua são capazes de entender variações na escrita, como as presentes na obra de Carolina de Jesus, sem que isso comprometa sua capacidade de interpretar o texto. Assim, a insistência em corrigir essas variações, como no caso de Carolina, pode ignorar a flexibilidade e a adaptabilidade que fazem parte da competência linguística real dos falantes.

Nesse sentido, considerando os padrões de mudanças encontrados nos dados do livro de Carolina e o que Travaglia (2014) entende como competência linguística, pode-se analisar a estrutura frasal, prescrita pela gramática tradicional, buscando entender se, de fato, os “desvios” de acentuação gráfica não causariam problemas de interpretação ao leitor.

Em relação à alteração de classe gramatical e de tonicidade das palavras, tem-se, por exemplo:

Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma **maquina** de moer carne (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

E uma **maquina** de costura (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

E eu que estou querendo comprar uma **maquina** de costura... (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso).

Nesses casos, embora o substantivo “máquina”, sem o acento gráfico, confunda-se com a grafia da forma verbal, a estrutura frasal do português, de acordo com a gramática, traz que, em ordem direta, a oração deve seguir a sequência: sujeito - verbo - complemento:

Desse modo, a estrutura padrão da oração em português comporta dois lugares funcionais: o sujeito [...] e o predicado [...]; sujeito e predicado não são classes, mas funções exercidas pelas partes - sintagmas - que constituem a oração. O lugar funcional do sujeito é preenchido pelo sintagma nominal (SN) e o lugar funcional do predicado é ocupado pelo sintagma verbal (SV). Este é formado pelo que chamaremos núcleo verbal (NV) acompanhado ou não de termos adjacentes (sintagmas nominais, sintagmas adjetivos, sintagmas adverbiais, sintagmas preposicionais) (Azeredo, 2018, p. 223-224).

Nos três trechos, “uma máquina” ocupa a posição de objeto direto, funcionando como um complemento verbal. Se o leitor interpretasse “máquina” como um verbo, a oração perderia seu sentido. No entanto, conforme estabelece a gramática, não seria possível que um verbo fosse o núcleo do complemento, já que, segundo Cipro Neto e Infante (2008), os complementos verbais têm funções substantivas na oração. Isso significa que os núcleos de objetos diretos e indiretos são sempre substantivos, e essa função só pode ser desempenhada, segundo a prescrição, por palavras substantivadas.

Todavia, se ainda “máquina” fosse considerada um verbo, conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, haveria outro problema, pois o termo está acompanhado de um artigo indefinido. Isso contraria o que a própria gramática normativa estabelece, já que verbos não podem ser precedidos de artigos, os quais são exclusivos de substantivos.

Artigo é a palavra que acompanha o substantivo, servindo basicamente para generalizar ou particularizar o sentido desse substantivo [...]. Quando anteposto a palavra de qualquer classe gramatical, os artigos se transformam em substantivos (Cipro Neto; Infante, 2008, p. 236-237).

A respeito da alteração da classe gramatical e da estrutura silábica da palavra, podemos considerar alguns exemplos:

Não tem **privilegio** de gosar descanso (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).

Há **varias** coisas belas no mundo que não é possível descrever-se (Jesus, 2014, p. 43, grifo nosso).

E **varias** pessoas da favela não tem agasalho (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso).

Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e **varias** residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra (Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso).

Liguei o **radio** (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso).

Porque vocês deixaram a **Radio** Patrulha em paz (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso).

Nesses casos, há substantivos e pronomes adjetivos que se confundiriam com verbos quando não acentuados, o que poderia causar graves falhas de interpretações. Apesar disso, a própria gramática normativa aborda o que poderia cumprir o papel de um sintagma nominal e

um sintagma verbal. Segundo Azeredo (2018), os sintagmas nominais são responsáveis por recortar as entidades as quais nos referimos, enquanto os sintagmas verbais, devido à função predadora do verbo, permitem que essas entidades se tornem o tema de uma ação e fiquem sujeitas à temporalidade que caracteriza a oração, possibilitando a expressão da dinâmica dos acontecimentos e do fluxo da vida.

Dessa forma, quando “Liguei o radio”, o termo “radio” não pode ser confundido com um verbo, como no caso de “eu radio”, porque, conforme explicado pelo autor, o sintagma nominal (no caso, “o rádio”) e o sintagma verbal (“liguei”) têm funções distintas dentro da estrutura da oração. O sintagma nominal recorta ou identifica entidades, como pessoas, objetos ou conceitos. No caso da frase, “radio” é um substantivo, ou seja, é uma entidade concreta a qual a ação do verbo “ligar” é dirigida. Por outro lado, os sintagmas verbais, que são formados pelo verbo, têm a função predadora, isto é, indicam a ação ou o estado do sujeito. O verbo “liguei” atribui uma ação ao sujeito (implícito, que pode ser “eu”), e essa ação é realizada sobre o objeto direto “o rádio”.

A ideia se concretiza quando se observar o inverso: pensando no substantivo “rádio” podendo ser confundido com o verbo “radio”. Caso se tentasse dizer “eu rádio”, “rádio” não poderia funcionar como um verbo, porque não possui uma função predadora. Um verbo é uma classe gramatical que expressa ação, estado ou fenômeno, e “rádio” é um substantivo que, nessa frase, apenas recebe a ação do verbo “ligar”. Portanto, a estrutura gramatical e a função do verbo e do substantivo em uma oração são bem distintas, o que impede essa confusão.

É válido considerar que essa possível confusão não ocorreria nem no nível da escrita ortográfica nem no nível da fala, pois um falante do português brasileiro, ao ouvir a palavra pronunciada com o acento tônico em um lugar não convencional, não confundiria os significados. Certamente, ele perceberia a diferença na pronúncia, mas isso não causaria confusão semântica. Essa preocupação com a falta de acentos gráficos e a possibilidade de confusão têm por base uma ideia que levou à criação da ortografia. Como aponta Cagliari (1999b), a ortografia surgiu para “congelar” a grafia das palavras, estabelecendo uma forma fixa de escrita, desvinculada dos segmentos fonéticos. Dessa forma, a escrita deixou de refletir a pronúncia dos falantes, tornando-se independente da maneira como o escritor fala ou o leitor pronuncia o que lê.

Sob a perspectiva do autor, é possível analisar o padrão relacionado à alteração da tonicidade, da estrutura silábica e do significado da palavra. Nesse caso, há:

Precisamos livrar o **paiz** dos políticos açambarcadores (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso).

Isto não pode ser real num **paiz** fértil igual ao meu (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).

No nosso **paiz** tudo está enfraquecendo (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso).

Nos três exemplos, “país” é escrito como “paiz”, havendo a mudança do <s> para o <z>. Essa mudança ocorre, pois os sons das duas letras podem ser semelhantes em diversas situações. Isso ilustra uma incongruência ortográfica, como Cagliari (1999b) discute em sua análise sobre a relação entre fonética e ortografia. Segundo o autor, ao escrever certas palavras, o falante da língua portuguesa muitas vezes se encontra em um dilema, pois a correspondência entre sons e grafia nem sempre é clara. Isso ocorre porque as relações entre letras e sons podem gerar dúvidas, tornando a pronúncia insuficiente para garantir a “forma correta” estabelecida pela ortografia. Assim, em palavras como “país” e “paiz”, a dificuldade de transcrever foneticamente o som da palavra pode levar à substituição do <s> pelo <z>, o que reflete uma tentativa de adaptar a escrita à percepção sonora do falante. Essa reflexão sobre a inconsistência da ortografia evidencia um desafio recorrente na língua, em que o sistema ortográfico nem sempre reflete com precisão as variações fonológicas, o que pode gerar confusão e incertezas para o usuário.

Ademais, poder-se-ia pensar que a palavra “país” poderia ser confundida com “pais”, dada a semelhança na escrita. No entanto, o contexto em que essas palavras são usadas torna a confusão improvável. Isso porque “país” e “pais” possuem significados bem distintos: “país” refere-se a uma nação ou a um território com governo próprio e fronteiras definidas, enquanto “pais” é o plural de “pai”, referindo-se aos genitores de alguém.

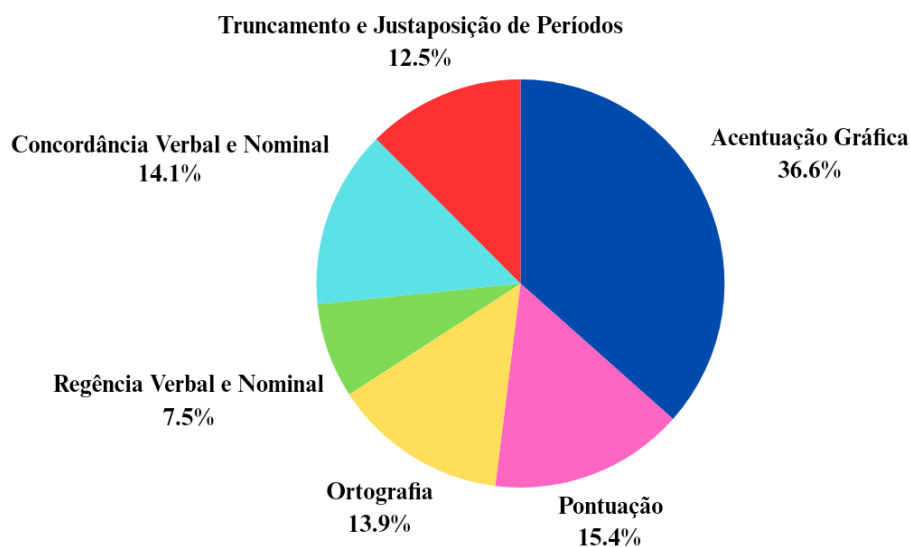
Segundo Marcuschi (2008), o sentido de um texto não está localizado unicamente no texto, no leitor ou no autor, mas emerge da interação entre esses três elementos. Para o autor, não se pode avaliar a compreensão apenas com base na quantidade de informações que o leitor consegue reconstruir do texto, pois ler de forma compreensiva vai além de simplesmente reproduzir ou parafrasear seu conteúdo. A compreensão textual é influenciada por diversos fatores, como aspectos textuais, pragmáticos, cognitivos, interesses pessoais, conhecimento prévio do leitor, além do gênero e da forma de textualização. Por isso, compreender um texto é um fenômeno complexo, que envolve não apenas elementos linguísticos, mas também fatores antropológicos, psicológicos e factuais.

Assim, a grafia parecida entre “país” e “pais” poderia, à primeira vista, sugerir uma ambiguidade. Porém, como o uso de ambas as palavras ocorre em contextos bastante específicos - um no âmbito político-geográfico e o outro no âmbito familiar -, a diferença de significado torna a interpretação clara, sem grandes riscos de erro.

Dessa maneira, embora essas palavras apresentem grafia semelhante, o contexto em que são inseridas fornece pistas suficientes para que o leitor compreenda corretamente o significado pretendido. Isso confirma a ideia de que o sentido não está apenas no texto, nem exclusivamente no leitor ou no autor, mas emerge da interação entre esses três elementos. A compreensão textual, nesse caso, depende não apenas do reconhecimento das palavras, mas também do conhecimento prévio do leitor, de sua capacidade de interpretar o contexto e da familiaridade com os diferentes gêneros discursivos. Assim, mesmo diante de possíveis ambiguidades ortográficas, o leitor é capaz de atribuir sentido adequado ao texto, demonstrando que a leitura é um processo complexo que vai além da decodificação linguística.

Diante das análises, é possível perceber que a ausência do acento gráfico não compromete a compreensão do texto de Carolina. Dessa forma, surgem as questões: por que, então, foi necessário um aviso do editor ao leitor, destacando esse ponto? Ao compararmos o número de palavras corretamente escritas com o de palavras que apresentam desvios, realmente haveria um resultado substancial que justificasse a importância atribuída a esses “desvios”? Quantos “erros” um texto deve conter para ser considerado de baixa qualidade? Além disso, qual a razão de escritores que não seguem as normas da gramática normativa serem frequentemente aclamados, muitas vezes sendo reconhecidos por seu estilo único ou por uma licença poética, enquanto isso não ocorre com Carolina Maria de Jesus?

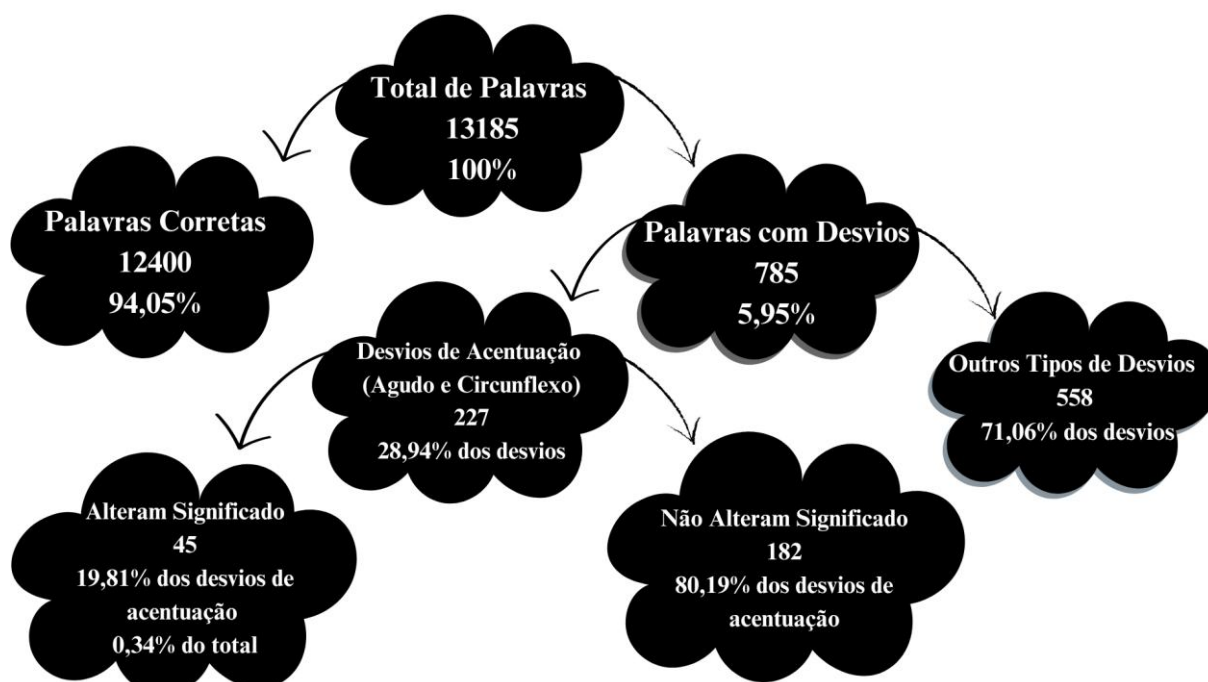
Essas questões conduziram a uma análise quantitativa dos dados, permitindo avaliar de forma objetiva a relação entre os “desvios” linguísticos e a compreensão do texto, à luz dos números apresentados na Seção 3. Com base nisso, nas 52 páginas analisadas, há 13.185 palavras e 1.426 períodos, dos quais 785 dados apresentam usos não convencionais de escrita (gráfico 2).

Gráfico 2 — 785 dados com usos não convencionais de escrita

Fonte: elaboração própria.

Ao serem analisados esses números, percebeu-se que a quantidade de desvios é ínfima em comparação aos acertos. Das 13.185 palavras, apenas 785 apresentaram desvios, enquanto 12.400 termos foram escritos corretamente, de acordo com a ortografia e a gramática estabelecidas. Isso significa que, ao considerar todos os dados mapeados, há uma taxa de 5,95% de “erros” e 94,05% de acertos.

Quando se consideraram apenas os desvios relacionados aos acentos gráficos que poderiam gerar alteração no significado das palavras - agudo e circunflexo - foram encontrados 227 casos, o que corresponde a 28,94% dos desvios. Embora o número ainda seja baixo, se a análise for limitada às palavras que realmente têm o seu significado alterado pela falta do acento gráfico, chega-se a 45 casos, ou 19,81%. Dessa forma, das 13.185 palavras, apenas 45 apresentaram problemas de significado devido à ausência de acentuação gráfica, o que representa apenas 0,34% do total (Figura 1).

Figura 1 — Porcentagem dos desvios

Fonte: elaboração própria.

Com isso, confirmou-se o que já havia sido discutido ao analisar a estrutura frasal, agora com dados quantitativos: a ausência de acentuação gráfica não compromete o entendimento do texto, uma vez que o contexto facilita a compreensão e a quantidade de erros é reduzida em comparação ao número de acertos. Isso demonstra que a crítica à escrita de Carolina, focada principalmente em tais desvios, baseia-se em um preconceito linguístico.

Nesse sentido, como argumenta Leite (2022), a linguagem é um fenômeno multiforme e heteróclito, que se manifesta de formas diversas de usuário para usuário e de circunstância para circunstância. No entanto, a atitude dos preconceituosos e intolerantes é homogeneizadora, exigindo o cumprimento de padrões uniformizadores em detrimento das variações legítimas que carregam significados importantes e refletem a riqueza cultural dos falantes. A insistência em corrigir esses desvios, ignorando o contexto social e cultural da autora, é um exemplo claro desse preconceito linguístico, que desvaloriza uma forma legítima de expressão apenas por não se adequar aos padrões gramaticais convencionais, amplificando a exclusão social e cultural que Carolina enfrentou.

Esse tratamento dado à escrita da autora evidencia um fenômeno mais amplo, conforme observado por Cagliari (1999a), que aponta que, na avaliação da escrita, os acertos são frequentemente ignorados, enquanto os erros são excessivamente valorizados. O autor ainda

destaca que, no passado, alguns professores descontavam pontos nas redações apenas por erros ortográficos, independentemente de outros fatores, como a extensão do texto.

Assim, a valorização excessiva dos erros reflete, como aponta Cagliari (1999a), uma prática que pode estar atrelada a normas prescritivas e rígidas da língua, muitas vezes desconectadas do contexto comunicativo real. Ao considerar os acertos como “previsíveis” e sem importância e, ao mesmo tempo, penalizar erros como significativos, ignoram-se a variabilidade linguística e os diferentes registros e contextos de uso da língua.

Essa análise ajuda a refletir sobre como o preconceito linguístico influenciou a recepção do livro de Carolina Maria de Jesus, especialmente quando se considera a perspectiva de Scherre (2005), que aponta que as convenções ortográficas mudam com relativa frequência e que os grandes problemas de transmissão e compreensão de conteúdos nas manifestações linguísticas, sejam orais ou escritas, pouco ou nada têm a ver com a ortografia. Em vez disso, esses problemas estão mais relacionados à organização das ideias em períodos e parágrafos coesos e coerentes.

A ênfase nos “erros” linguísticos, em detrimento do conteúdo e do contexto comunicativo, favorece, como explica Scherre (2005), uma visão de que uma variedade linguística é estruturalmente superior a outra, mais rica e complexa, sendo frequentemente associada a uma classe social mais alta ou mais escolarizada. Cria-se, com isso, uma hierarquia linguística, na qual determinadas maneiras de falar ou escrever são deslegitimadas, mesmo quando o sentido do texto é perfeitamente compreendido.

No caso de Carolina, embora os erros de convenção das escritas não desestruturem suas ideias, o impacto social desses desvios foi desproporcionalmente grande, simplesmente porque são mais visíveis e facilmente usados como uma marca de “não saber escrever”. Esse julgamento, fundamentado no preconceito linguístico, fez com que sua escrita fosse desvalorizada. Para além da autora, essa desvalorização deslegitima formas de linguagem de grupos sociais marginalizados, cujo estilo de escrita é frequentemente visto sob o prisma da norma-padrão, ignorando a riqueza, a legitimidade da expressão linguística e negando a validade e a profundidade de suas vozes na produção literária.

A falta de acentuação ou a escolha de uma grafia mais próxima da oralidade não deveria ser vista como falha, mas sim como uma forma legítima de resistência e uma expressão autêntica de sua realidade e identidade. A ausência de acentuação, no contexto de Carolina de Jesus, pode ser interpretada como uma escolha estética, desafiando as normas impostas e, assim, revelando as tensões entre a valorização da linguagem formal e o reconhecimento da diversidade linguística.

Essa escolha estética também foi adotada por outros escritores, mas, ao contrário de Carolina de Jesus, a escrita desses autores foi amplamente aclamada, com notas em suas obras que ressaltam e valorizam tal abordagem. Um exemplo disso é Guimarães Rosa, que também desafia as normas gramaticais e ortográficas, mas, ao contrário da autora, seus “erros” são reconhecidos e celebrados, por exemplo, em notas de livros como *Campo Geral* (2019a), *Grande Sertão: veredas* (2019b) e *Primeiras estórias* (2001), já citadas na seção 1 desta dissertação.

De acordo com as notas, percebe-se que o editor está afirmando que a preservação das grafias e variações morfológicas nas obras de Guimarães não deve ser vista como desatualização ortográfica ou “erro gramatical”, mas como uma escolha intencional do autor. Essas variações, que destoam das normas ortográficas vigentes, são consideradas elementos essenciais para manter a expressividade e a sonoridade da narrativa, refletindo a proposta estética do escritor. Assim, o editor justifica a manutenção dessas peculiaridades como parte fundamental da singularidade e complexidade do projeto literário de Rosa.

Ao serem comparadas essas notas com a do livro de Carolina de Jesus (Seção 1), percebe-se um tratamento distinto em relação à escrita de ambos os escritores, os quais desafiam as normas gramaticais. No caso de Rosa, a manutenção das variações linguísticas é justificada como uma escolha deliberada que preserva a intensidade do livro, refletindo uma proposta artística inovadora. Já no caso de Carolina, o editor enfatiza que, embora a linguagem da autora contrarie a gramática, ela é mantida para traduzir com realismo a forma como o povo enxerga e expressa seu mundo. No entanto, o editor de Carolina realiza intervenções no texto, alterando a pontuação e a grafia de algumas palavras para, segundo ele, evitar dificuldades de leitura e compreensão, o que sugere uma tentativa de “corrigir” ou suavizar o desvio das normas.

A questão aqui não é criticar a posição do editor de Guimarães Rosa, muito pelo contrário, reconhece-se a grandiosidade e a importância de sua escrita. Todavia, o que nos leva a refletir é o contraste na recepção crítica de suas abordagens linguísticas: por que Rosa, ao desafiar as normas rígidas da gramática tradicional, é aclamado, enquanto, nos livros de Carolina de Jesus, as transgressões são vistas como “erros”?

Essa diferença de tratamento levanta questões sobre as distintas formas de valorização da linguagem, muitas vezes condicionadas por fatores como classe social, origem e contexto literário. Isto é: o contraste revela como os padrões de avaliação literária são frequentemente moldados pelo preconceito linguístico, influenciado por questões sociais e econômicas, como aponta Bagno (2007).

Esse fenômeno transparece na disparidade de valor atribuído às linguagens de Carolina e Guimarães: enquanto a escrita de Rosa, associada ao universo erudito e de prestígio, é celebrada como um ato de inovação e genialidade, ficando marcada pela “erudição” e pelo jogo literário com a língua, a escrita de Carolina, vinda de uma perspectiva periférica e popular, é frequentemente interpretada sob a ótica de uma transgressão a ser corrigida. Assim, a língua, como apontado por Bagno (2012), não apenas reflete a identidade de indivíduos e coletividades, mas também é usada como um meio de inclusão ou exclusão, dependendo de fatores sociais e culturais, evidenciando a diferença no tratamento da linguagem de acordo com a origem e o contexto dos autores.

Essa atitude do editor configura uma clara manifestação de preconceito linguístico, como discutido anteriormente. Porém, ao afirmar que os erros de Carolina são, de fato, erros, mas optando por mantê-los, não haveria um intuito de estigmatizá-la como “favelada” e explorar comercialmente essa imagem? Ao fazer isso, o editor reconheceria a autenticidade da linguagem da escritora, ao mesmo tempo em que a posiciona como pertencente a uma classe marginalizada, reforçando um estereótipo negativo. Essa abordagem não só perpetuaria a exclusão social e cultural da autora, mas também a utilizaria como um produto que capitaliza sobre essa imagem estigmatizada, transformando a sua escrita, de fato, em um objeto de consumo marcado pela marginalidade.

Isso pode ser pensado à luz do que o próprio Audálio Dantas coloca em nota (Seção 1) ao dizer que a edição em questão preserva a linguagem de Carolina, que frequentemente se desvia das normas gramaticais, mas que, por isso mesmo, essa escolha pode ser justificada por sua capacidade de refletir de maneira realista a forma como o povo percebe e expressa seu mundo (Jesus, 2014).

Percebe-se um tratamento ambíguo em relação à expressão de Carolina. Embora o editor afirme que a manutenção da escrita original busca valorizar a linguagem da autora, ele, simultaneamente, reforça a ideia de que essa linguagem está à margem das normas gramaticais convencionais. Esse duplo padrão, portanto, reflete um preconceito linguístico, no qual a linguagem das classes populares é ao mesmo tempo reconhecida como autêntica e “realista”, mas marginalizada como inferior, sendo estigmatizada pelo editor para reforçar uma imagem de Carolina como representante da exclusão social e cultural, o que pode ter sido usado para atrair a atenção do público e potencializar o apelo comercial da obra.

Nesse sentido, segundo Farias (2018), Carolina passou a ser reconhecida pela mídia como a “escritora favelada”, uma imagem que a posiciona como uma voz representativa da

favela. Esse processo de construção midiática a categoriza por meio de signos que associam sua figura à ideia de periferia e marginalidade, evidenciando sua origem e condições sociais.

Ramos (2013) observa que, embora a construção da identidade de Carolina esteja relacionada às redes de memória e ao interdiscurso que a vinculam a movimentos da comunidade negra, essa conexão ocorre de maneira sutil e frequentemente silenciada. Para o autor, as categorias “favela”, “margens” e “marginal” não apenas definem a origem social e de classe da escritora, mas também determinam a perspectiva a partir da qual sua trajetória será lida, ou seja, a da marginalidade. Isso cria uma relação direta entre a sua realidade e sua literatura, restringindo a interpretação de sua obra a uma narrativa de exclusão, pobreza e violência:

a escrita do negro só pode ser compreendida a partir da criação de um espaço de resistência que é também um espaço de marginalização. Resistência e marginalização são as duas faces de uma mesma moeda que identifica o negro estereotipado. Por isso, discursivamente, a compreensão da literatura que ele produz só se faz possível com o emprego dessas categorias de entendimento (Ramos, 2013, p. 139).

Em síntese, a atitude do editor em manter os desvios linguísticos de Carolina Maria de Jesus, ao reconhecê-los como erros, mas optando por preservá-los, reflete um preconceito linguístico que não apenas marginaliza sua linguagem, mas também a transforma em um produto de consumo. Embora essa escolha seja frequentemente justificada como uma forma de valorizar a autenticidade da escritora, ela contribui para a manutenção de um estereótipo negativo, associando a autora à “favelização” e à marginalidade social. Essa abordagem, que ao mesmo tempo reconhece a linguagem de Carolina como genuína e a classifica como inferior, evidencia uma visão preconceituosa, tratando os desvios das normas gramaticais como exóticos e inferiores, em vez de compreendê-los como uma forma legítima de expressão cultural. Ao fazer isso, o editor perpetua uma narrativa que limita a obra de Carolina, associando-a unicamente à pobreza e à violência, e, ao mesmo tempo, explorando comercialmente essa imagem estigmatizada. A edição da obra, ao preservar uma linguagem “não normativa” e trazer um aviso enfatizando isso, expõe uma visão de que a linguagem das classes populares é menos válida, obscurecendo a complexidade da expressão de Carolina e reforçando estigmas sociais que ainda persistem em nossa compreensão da literatura e da cultura das classes marginalizadas.

6 CONCLUSÃO

A análise de *Quarto de despejo*, sob o olhar voltado à questão dos “desvios” ortográficos relacionados à ausência da acentuação gráfica, evidencia que tais desvios, longe de comprometerem a compreensão do texto, expõem uma faceta profunda do preconceito linguístico presente na sociedade brasileira. Como demonstrado ao longo desta dissertação, a manutenção da linguagem original da autora foi acompanhada, por parte do editor, de uma nota justificadora que, apesar de parecer uma tentativa de respeito à autenticidade de Carolina, reforça estigmas sociais e culturais ao classificar sua escrita como carente de correção por não seguir a norma-padrão.

Assim, a partir da análise dos dados quantitativos - que revelam que apenas 0,34% das palavras analisadas apresentam desvios que poderiam comprometer o sentido -, somada às contribuições teóricas de autores como Travaglia (2014), Cagliari (1999b), Leite (2022) e Bagno (2007, 2012), foi possível comprovar que a compreensão textual não está atrelada ao uso rígido da norma-padrão. Pelo contrário, ela se dá a partir da interação entre texto, autor e leitor, como salienta Marcuschi (2008), sendo mediada por fatores contextuais, cognitivos, sociais e culturais. Nesse cenário, a crítica aos desvios de escrita de Carolina perde sua força argumentativa, já que o sentido de seu texto não é prejudicado por tais ocorrências, e sim enriquecido por uma linguagem viva, carregada de significados e profundamente conectada à realidade que representa.

Dessa forma, ao enfatizar os “erros” de Carolina, o editor parece agir ambigualmente: ao mesmo tempo que preserva sua forma de expressão, parece reiterar, de maneira velada, sua condição de “escritora marginal”, rotulando-a como “favelada” e usando tal condição como elemento de distinção mercadológica. Essa prática, portanto, mais do que um reconhecimento da autenticidade da autora, aproxima-se de uma exploração comercial que capitaliza sobre os estigmas associados às camadas populares. Como demonstrado, a mesma liberdade estética que é celebrada em escritores consagrados, como Guimarães Rosa, é transformada em “erro” quando emerge da periferia, como no caso de Carolina. Isso revela um padrão assimétrico de validação literária que, no fundo, escancara a desigualdade social e o preconceito linguístico vigentes.

Nesse contexto, a ênfase na ausência de acentuação gráfica em *Quarto de despejo* se torna reveladora: mais do que um “desvio” gramatical, ela funciona como um marcador simbólico de exclusão. É nesse ponto que a linguagem viva de Carolina se choca com as estruturas de poder que definem o uso legítimo da língua. Ainda que sua escrita preserve toda

a inteligibilidade, os discursos normativos atuam para silenciar ou desqualificar o que não se alinha ao que prescrevem. Trata-se de um processo de deslegitimação que remete diretamente ao conceito de violência simbólica, de Bourdieu (1991): uma forma sutil, porém eficaz, de dominação que impõe como universais os códigos culturais da elite, mascarando seus interesses como critérios neutros ou técnicos. Assim, o julgamento sobre a escrita de Carolina não recai propriamente sobre a linguagem em si, mas sobre quem a profere - e essa distinção revela o quanto o preconceito linguístico permanece enraizado como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais (O'Neill e Massini-Cagliari, 2023).

A ortografia, nesse sentido, cumpre também com um papel regulador: ela separa o “escrito certo” do “errado”, o “autor” do “relator”, o “artista” do “informante”. É justamente nesse ponto que a ausência de acentuação gráfica, embora inofensiva no plano semântico e pragmático, é usada como argumento para rebaixar o valor literário de um texto. O leitor é convidado a perceber Carolina como alguém “fora da norma”, não apenas linguística, como também socialmente. A não conformidade ortográfica, assim, transforma-se em um marcador simbólico de inferioridade - reforçando estigmas históricos de classe, raça e gênero.

Esse olhar punitivo sobre a escrita de Carolina não se sustenta diante da análise textual: como mostrado, menos de 0,5% dos vocábulos apresentaram algum “risco” de ambiguidade relacionado à ausência de acento. No entanto, essa minoria estatística é ampliada simbolicamente para justificar uma correção institucionalizada, disfarçada de cuidado editorial. Trata-se de uma forma sutil, porém poderosa, de negar a autonomia linguística da autora, sob o pretexto de facilitar a leitura. O que está em jogo, portanto, não é a clareza do texto, mas a disputa pelo direito de dizer, de narrar, de representar, direito que é sistematicamente negado a falantes que não dominam a norma-padrão.

Além disso, a presente pesquisa contribui para repensar os critérios de legitimação literária no cânone brasileiro ao evidenciar que a linguagem literária não se restringe à norma-padrão, mas se realiza na pluralidade de vozes e formas de expressão. Historicamente, o cânone nacional tem privilegiado autores homens, brancos e oriundos das elites, cuja linguagem e cujos temas refletem uma experiência social hegemônica. Ao problematizar a forma como as marcas linguísticas de *Quarto de despejo* foram tratadas editorial e criticamente, este estudo expõe os mecanismos simbólicos que operam a exclusão de sujeitos que não se enquadram nesse perfil - especialmente mulheres negras e periféricas - do espaço literário legitimado. Nesse sentido, a análise propõe um deslocamento no olhar sobre a literatura: mais do que adequação a formas normativas, é preciso reconhecer a potência estética, social e política das narrativas que emergem das margens e desafiam os modelos hegemônicos de produção e validação cultural.

Por fim, a linguagem de Carolina é muito mais do que um reflexo de sua realidade social: é resistência, é estética, é identidade. Sua escrita cumpre com êxito seu papel comunicativo, emocional e literário. Logo, questionar os “desvios” de Carolina é uma tentativa de deslegitimar sua voz, de silenciar uma expressão legítima que escapa à lógica do poder estabelecido pela norma-padrão. Desse modo, sua obra deve ser lida e valorizada não a despeito de sua linguagem, mas por meio dela - como uma narrativa que revela a riqueza da diversidade linguística brasileira e, sobretudo, como testemunho da capacidade de uma mulher negra, pobre e periférica de construir, com sua voz, um espaço inédito na literatura nacional. Assim, ao valorizar a obra de Carolina em sua forma original, questionam-se também os mecanismos de exclusão simbólica que transformam diferenças em defeitos e, sobretudo, reafirma-se que toda linguagem é válida quando cumpre sua função comunicativa e expressiva, e que o reconhecimento de um texto como literário não pode depender de um acento gráfico, mas sim da potência do que sua narrativa tem a dizer.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Monotongações e ditongações. *In*: HORA, Dermeval da; BATTISTI, Elisa; MONARETTO, Valéria Oliveira (org.). **História do Português Brasileiro**: mudança fônica do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. v. 3, p. 78-107.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Editora Loyola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAIUCA. *In*: **Dicionário Online Caldas Aulete**. [s.l.]: Lexikon Editora Digital, [20--]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/baiuca>. Acesso em 30 abril 2025.
- BALTHAZAR, Ricardo. Audálio revelou Carolina de Jesus e enfrentou ditadura após morte de Herzog. **Folha de São Paulo**, 20 jul. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/07/audalio-revelou-carolina-de-jesus-e-enfrentou-ditadura-apos-morte-de-herzog.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.5, n.2, p.185-224, 1989.
- BOCAIUVA. *In*: **Dicionário Online Caldas Aulete**. [s.l.]: Lexikon Editora Digital, [20--]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/bocaiuva>. Acesso em 30 abril 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1992.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1999a.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. A ortografia na escola e na vida. *In*: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999b, p. 61-96.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Sob o signo da ortografia. *In*: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999c, p. 97-110.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e ortografia. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 20, p. 43-58, 2002.

CAUIM. In: **Dicio** Dicionário Online de Português. [s.l.]: 7Graus, [20--]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cauim/>. Acesso em 30 abril 2025.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

COLLISCHONN, Gisela. A sílaba em português. In: BISOL, Leda (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 95-126.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 47-60

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERNANDEZ, Rafaella Andréa. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e Crítica Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonseca, 2009.

GUAÍBA. In: **Dicio** Dicionário Online de Português. [s.l.]: 7Graus, [20--]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/guaiba/>. Acesso em 30 abril 2025.

HERÔON. In: **Dicionário Online Caldas Aulete**. [s.l.]: Lexikon Editora Digital, [20--]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/her%C3%B4on>. Acesso em 30 abril 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. *In*: BAGNO, Marcos. **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 63-92.

LUFT, Celso Pedro. **Grande manual de ortografia**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Acento e Ritmo**. São Paulo: Contexto, 1992.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita Ideográfica & Escrita Fonográfica. *In*: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 21-31.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **O texto na alfabetização: coesão e coerência**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MIRANDA, Ana Ruth Moresco. Um estudo sobre o erro ortográfico. *In*: HEINIG, Otília Lizete; FRONZA, Cátia de Azevedo (org.). **Diálogos entre linguística e educação**. Blumenau: EDIFURB, 2010. v. 1, p. 141-162.

MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia**: ensinar e aprender. 10. ed. São Paulo: Ática, 2009.

OLIVEIRA, Acauam. Gramática de Carolina de Jesus serve para marcar racismo na literatura. **Folha de São Paulo**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/08/gramatica-de-carolina-de-jesus-serve-para-marcar-o-racismo-na-literatura.shtml>. Acesso em 21 ago. 2024.

O BEST-SELLER da fome. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1977. Ilustrada, p. 24. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6126&anchor=4228638&origem=busca&pd=8911dc35f3e316abedb7186eb3e2f81d>. Acesso em: 26 jan. 2024.

O'NEILL, Paul; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Theorising Linguistic Prejudice in Brazil: Pierre Bourdieu – The Symbolic Power of Language and the Principle of Error Correction. *In*: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; BERLINCK, Rosane; RODRIGUES, Angelica (org.). **Understanding Linguistic Prejudice: Critical Approaches to Language Diversity in Brazil**. Cham: Springer; Editora Unesp, 2023. p. 11-27.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1996.

RAMOS, Tiago. Carolina Maria de Jesus: da marginal ao negro drama. **Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 21, n. 2, p. 135-142, jul. 2013.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. *In*: BAGNO, Marcos. **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 11-25.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Campo Geral**. São Paulo: Global, 2019a.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas** — “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada. **PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, n. 15, p. 77-89, 2018. DOI: 10.22409/pragmatizes.v0i15.10519. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10519>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Maurício; COSTA, Elenice Alves da. **Guia Prático da nova ortografia**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (org.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. 2. ed. revista. Florianópolis: Insular, 2002.

SILVA, Thais Cristófar. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

SILVA, Vanessa Maria Poteriko da. **A trajetória na construção da identidade da personagem-narradora-autora Carolina Maria de Jesus em seus diários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SOUSA, Gernama Henriques Pereira de. Memória, autobiografia e diário íntimo: Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa da vida. In: BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana de F. B. (Org.). **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 86-108.

TERSARIOL, Alpheu. **Os erros mais comuns na língua portuguesa**. Belo Horizonte: FAPI, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Competência Linguística. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário CEALE: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Belo Horizonte: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/competencia-linguistica>. Acesso em: 4 nov. 2024.

VIEIRA, Francisco; FARACO, Carlos Alberto. **Gramática do português brasileiro escrito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

APÊNDICE — FENÔMENOS SEM ACENTUAÇÃO GRÁFICA (ACENTOS AGUDO E CIRCUNFLEXO)

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
1 quilo de toucinho e 1 quilo de açucar e seis cruzeiros de queijo (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
Mas os custos dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
Mas os custos dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
A noite o peito doia-me (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
O onibus atirou um garoto na calçada e a turba afluíu-se (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	0	1
Ele estava no nucleo (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
Vai buscar agua mamãe! (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
Fui buscar agua (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	1	0
Esperei até as 11 horas, um certo alguem (Jesus, 2014, p. 11, grifo nosso).	1	0
Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	1	0
E uma maquina de costura (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	1	0
A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	1	0
Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso).	1	0
Não tem privilegio de gosar descanço. (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso)	1	0
Era o dono do Centro Espirita da rua Vergueiro 130. (Jesus, 2014, p. 12, grifo nosso)	1	0
O Sol está tepido . (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Puis agua no fogão para fazer café. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Dei um pedaço a cada um, puis feijão no fogo que ganhei ontem, do Centro Espirita da Rua Vergueiro 103. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
A Silvia e o esposo já iniciaram o espetaculo ao ar livre. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saíam do campo. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saíam do campo. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Oh! se eu pudesse mudar daqui para um nucleo mais decente. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Se estou gravida não é da sua conta. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
A lingua delas é como os pés de galinha. (Jesus, 2014, p. 14, grifo nosso)	1	0
Encontrei varias pessoas amigas e parava para falar. (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0
E falamos de políticos . (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0
É um político de cortiço. (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0
Varias pessoas afluíram-se. (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
Varias pessoas afluíram-se . (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0
Depois, não mais quiz falar com ninguem , porque precisava catar papel (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso).	1	0
Fui no deposito receber... 60 cruzeiros. (Jesus, 2014, p. 15, grifo nosso)	1	0
Eu não vou na porta de ninguem . (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
Eu nunca chinguei filhos de ninguem , nunca fui na porta de vocês reclamar contra seus filhos. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
Tem mulher que diz que sabe criar os filhos, mas algumas tem filhos na cadeia classificado como mau elemento. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	0	1
Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradaveis . (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar meu carater . (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
A unica coisa que não existe na favela é solidariedade. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
As mulherem sairam , deixou-me em paz por hoje. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
Elas já deram o espetaculo . (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
Elas tem marido. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	0	1
Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	1	0
E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. (Jesus, 2014, p. 16, grifo nosso)	0	1
Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meu filhos dormimos socegados. (Jesus, 2014, p. 16-17, grifo nosso)	1	0
Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horriveis . (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Tem a Maria José, que reside no barracão da Rua B numero 9. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
É uma alcoolatra . (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Um dia ela pediu-me o radio emprestado. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Ela odeia-me porque os meus filhos vingam e por eu ter radio . (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Mas, é sabido que pessoas que são dadas ao vicio da embriaguez não compram nada. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Os ebrios não prosperam. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Ela as vezes joga agua nos meus filhos. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Quando retornei vi varias pessoas as margens do rio. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
É que lá estava um senhor inconciente pelo alcool e os homens indolentes da favela lhe vasculharam os bolsos. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Quando cheguei liguei o radio para saber as horas. (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	0
Deixei o leito, fui buscar agua . (Jesus, 2014, p. 17, grifo nosso)	1	
Do Janio ! (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	0	1
Eu, e D. maria Puerta, uma espanhola muito boa, defendiamos o Dr. Adhemar. (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	1	0
A Florenciana prosseguiu elogiando o Janio . (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	0	1

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
A agua começou a diminuir na torneira. (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	1	0
Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava agua desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa. (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	1	0
Nunca feri ninguem . (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	1	0
Fui no deposito receber o dinheiro do papel. (Jesus, 2014, p. 18, grifo nosso)	1	0
O dia está calido . (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	1	0
Que suplicio ! (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	1	0
_ Não. Porque ? (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	0	1
Tem as mães, que catam frutas e legumes nas feiras. (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	0	1
Tem as igrejas que dá pão. (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	0	1
Tem estomago de cimento armado [...] (Jesus, 2014, p. 19, grifo nosso)	0	1
Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradaveis me fornece os argumentos. (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	1	0
Quem dorme no Albergue Noturno são os indigentes. Não tem recurso e o fim é mesmo nas malocas, e Você, que diz nunca ter dormido no Albergue Noturno, o que veio fazer aqui na maloca? (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	0	1
Você era para estar residindo numa casa propria . (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	1	0
Porque a sua vida rodou igual a minha? (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	0	1
_ A unica coisa que você sabe fazer é catar papel. (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	1	0
Há as mulheres que os esposos adoce e elas no penado da enfermidade mantem o lar. (Jesus, 2014, p. 20, grifo nosso)	0	1
Os meus filhos reprova o alcool . (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
O dia de hoje me foi benefico . (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Quando o astro-rei começou despontar, eu fui buscar agua . (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Quando retornava encontrei o senhor Ismael com uma faca de 30 centimetros mais ou menos. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Lhe aconselhei a não brigar, que o crime não trás vantagens a ninguem , apenas deturpa a vida. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Senti o cheiro do alcool , disisti. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Sei que os ebrios não atende. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
O senhor Ismael quando não está alcoolizado demonstra sua sapiencia . (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	0	1
E do Circulo Exetorico. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
E do Circulo Exoterico . (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Tem conhecimentos biblicos , gosta de dar conselhos. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Deixou o alcool lhe dominar, embora seu conselho seja util para os que gostam de levar a vida decente. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
O homem que bebe não compra roupas. Não tem radio , não faz casa de tijolo. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0
Deixou o alcool lhe dominar, embora seu conselho seja util para os que gostam de levar a vida decente. (Jesus, 2014, p. 21, grifo nosso)	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
E já tentaram assaltar o emporio do senhor Raymundo Guello. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
O assalto teve inicio as 4 horas. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
Uma mulher agradavel e decente. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
Ela tambem ia lavar roupas. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
Que a Radio patrulha cançou de vir buscá-lo. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
Que suplicio catar papel atualmente! (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	0	1
Eles não tem ninguem no mundo a não ser eu. (Jesus, 2014, p. 22, grifo nosso)	1	0
A Silvia e o marido estão discutindo. Tem 9 filhos e não respeitam-se. (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso)	0	1
Tomei umas pilulas de vida e deitei. (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso)	1	0
Mandei o meu filho João José no Arnaldo comprar açucar e pão. (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso)	1	0
_ Escreve e depois dá a um critico para fazer a revisão. (Jesus, 2014, p. 23, grifo nosso)	1	0
Já falei com ele na farmacia quando levei a Vera paratomar injeção contra resfriado (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
E pensei na eficiencia da lingua humana para transmitir uma noticia. (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	0	1
E pensei na eficiencia da lingua humana para transmitir uma noticia. (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
E pensei na eficiencia da lingua humana para transmitir uma noticia . (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
Uma menina por nome Amalia diz a mãe que o espírito lhe pega. (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
Varias mulheres lhe impedio o gesto. (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
Liguei o radio . (Jesus, 2014, p. 24, grifo nosso)	1	0
Comecei fazer o meu diario . (Jesus, 2014, p. 25, grifo nosso)	1	0
Eu disse que na Portuguesinha era possivel encontrar. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Eu disse ser o meu diario . (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Todos tem um ideal. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	0	1
Ninguem tem me aborrecido. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Levantei cinco horas para ir buscar agua . (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Hoje é domingo, as favelas recolhem agua mais tarde. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
No rio chegou Adair Mathias, lamentando que sua mãe tinha saido , e ela tinha que fazer o almoço e lavar roupas. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Mas o feitiço que invade a familia Mathias é o alcool. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Mas o feitiço que invade a familia Mathias é o alcool . (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Não gosto de aludir os males fisicos porque ninguém tem culpa adquirir molestias contagiosas. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
Não gosto de aludir os males físicos porque ninguem tem culpa adquirir molestias contagiosas. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Não gosto de aludir os males físicos porque ninguém tem culpa adquirir molestias contagiosas. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	1	0
Mas quando a gente percebe que não pode tolerar a impricancia do analfabeto, apela para as enfermidades. (Jesus, 2014, p. 26, grifo nosso)	0	1
As unicas horas que tenho socego aqui na favela é de manhã. (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
Fui visitar o filho recem nascido de D. Maria Puerta, uma espanhola de primeira. (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
Levantei de manhã e fui buscar agua . (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
O meu barracão tambem está sendo visado. (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
Para evitar aborrecimentos, eu levei o radio para a casa de D. Florela. (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
E eu que estou querendo comprar uma maquina de costura... (Jesus, 2014, p. 27, grifo nosso)	1	0
Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguem . (Jesus, 2014, p. 28, grifo nosso)	1	0
Há tempos que eu pretendia fazer o meu diario . (Jesus, 2014, p. 28, grifo nosso)	1	0
Quero enviar um sorriso amavel as crianças e aos operarios. (Jesus, 2014, p. 28, grifo nosso)	1	0
Quero enviar um sorriso amavel as crianças e aos operarios . (Jesus, 2014, p. 28, grifo nosso)	1	0
A noite os meus pés doiam tanto que eu não podia andar. (Jesus, 2014, p. 28, grifo nosso)	1	0
O que eu aviso aos pretendentes a politica , é que o povo não tolera a fome. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
De manhã não fui buscar agua . (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Que homem amavel ! (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Se eu soubesse que ele era tão amavel , eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Disse-me que a favela é um abiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso).	0	1
Disse-me que a favela é um abiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Disse-me que a favela é um abiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Se ele sabe disto, porque não faz um relatorio e envia para os politicos? (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Se ele sabe disto, porque não faz um relatorio e envia para os politicos ? (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Quem passa fome aprende a pensar no proximo , e nas crianças. (Jesus, 2014, p. 29, grifo nosso)	1	0
Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no Frigorifico . (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso)	1	0
É um dia simpatico para mim. (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso)	1	0
Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios . (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso)	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
Mas eu já perdi o habito de sorrir. (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso)	1	0
Era a reprise do espetaculo . (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Tem noite que eles improvisam uma batucada e não deixa ninguem dormir. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
_ Os políticos protegem os favelado. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Ele era tão agradavel . (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
O Palacio , é a sala de visita. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
A noite está tepida . (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Eu que sou exotica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido. (Jesus, 2014, p. 32, grifo nosso)	1	0
Eu não posso descrever o efeito do alcool porque não bebo. (Jesus, 2014, p. 33, grifo nosso)	1	0
Já bebi uma vez em carater experimental, mas o alcool não me tonteia. (Jesus, 2014, p. 33, grifo nosso)	1	0
Já bebi uma vez em carater experimental, mas o alcool não me tonteia. (Jesus, 2014, p. 33, grifo nosso)	1	0
Eu quando estou com fome quero matar o Janio , quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. (Jesus, 2014, p. 33, grifo nosso)	0	1
As dificuldade coorta o afeto do povo pelos políticos . (Jesus, 2014, p. 33, grifo nosso)	1	0
— Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).	1	0
Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciaveis . (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	0	1
Eu estou até achando isto aqui monotonno . (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
E a noticia já circulou que a D. Maria José faleceu. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Varias pessoas vieram vê-la. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Cuida dos miserros favelados com carinho. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Não vejo ninguem bebado. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Não vejo ninguem bebado . (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	0	1
Acho que é porque eles não tem dinheiro. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	0	1
Chegou o carro para conduzir o corpo sem vida de Dona Maria José que vai para a sua verdadeira casa propria que é a sepultura. (Jesus, 2014, p. 34, grifo nosso)	1	0
Chegou o carro funebre . (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
O que o senhor Juscelino tem de aproveitavel é a voz. (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
Parece um sabiá e a sua voz é agradavel aos ouvidos. (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
E os favelados são os gatos. Tem fome. (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	0	1

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
Todas as famílias que residem na favela tem filhos. (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	0	1
Todas as famílias que residem na favela tem filhos. (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
Eu estou começando a perder o interesse pela existencia . (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	0	1
Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Patria . (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis . (Jesus, 2014, p. 35, grifo nosso)	1	0
Porque agora a epoca está apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga.”. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
— Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
É epoca das flores brancas, a cor que predomina. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
Devemos agradecer Deus, ou a Natureza, que nos deu as estrelas para adornar o céu, e as flores para adornar os prados e as varzeas e os bosques. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
— Porque? (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	0	1
Fui falar com a Polícia Feminina, que me deu a notícia do José Carlos, que estava lá na rua Asdrubal Nascimento. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
Fui falar com a Polícia Feminina, que me deu a notícia do José Carlos, que estava lá na rua Asdrubal Nascimento. (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
Que alívio! (Jesus, 2014, p. 36, grifo nosso)	1	0
umas choravam, outras estavam revoltadas com a interferencia da Lei que não lhes permite agir a sua vontade (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).	0	1
Acha que é invencível . (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Quando o Julião vai preso, o pai lhe acompanha com os olhos rasos dagua . (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Eles não precisa residir na favela, tem casa no Alto de Vila Maria. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	0	1
As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
No inicio são iducadas, amaveis. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
No inicio são iducadas, amaveis . (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Os generos alimenticios deve ser ao alcance de todos. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	0	1
Os generos alimenticios deve ser ao alcance de todos. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cerebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)	1	0
Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na politica para melhorar as nossas condições de	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
vida pedindo nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. (Jesus, 2014, p. 38, grifo nosso)		
Quando cheguei do palacio , que é a cidade, os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
A democracia é fraca e os políticos , fraquíssimos. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
A democracia é fraca e os políticos, fraquíssimos . (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Os políticos sabem que eu sou poetisa. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Passei uma noite horrivel . (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Sonhei que eu residia numa casa residivel , tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Não tenho açucar , porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores. (Jesus, 2014, p. 39, grifo nosso)	1	0
Isto não pode ser real num paiz fertil igual ao meu. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
No nosso paiz tudo está enfraquecendo. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Isto não pode ser real num paiz fertil igual ao meu. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existencia infausta dos marginais. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	0	0
O espaço era de vinte centimetros . (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Ninguem procurou saber seu nome. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operarios. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operarios . (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Quando eu fui buscar agua, vi uma infeliz caida perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Quando eu fui buscar agua , vi uma infeliz caida perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Sorri e pensei: em relação aos homens, eu tenho experiencias amargas (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	0	1
Já estou na maturidade, quadra que o senso já criou raizes . (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
Os medico que nós temos na política sabem disto. (Jesus, 2014, p. 40, grifo nosso)	1	0
para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes eletricos . (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0
Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica Peixe. (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0
Puis o cará e a batata. E agua . (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0
Não tinha gordura, ficou horrivel . (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
A Vera é a única que reclama e pede mais. (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0
Comprou um copo de agua mineral. (Jesus, 2014, p. 41, grifo nosso)	1	0
Fui no Palacio , o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxilio ao propalado Serviço Social. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Foi lá que eu vi as lagrimas deslizar dos olhos dos pobres. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Um homem que não é niponico , mas é amarelo como manteiga deteriorada. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	0	1
E eu gastei o unico dinheiro que eu tinha com as conduções. (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
O barraco está numa desordem horrivel . (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso)	1	0
Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. (Jesus, 2014, p. 43, grifo nosso)	1	0
Há varias coisas belas no mundo que não é possivel descrever-se. (Jesus, 2014, p. 43, grifo nosso)	1	0
Vendi duas taboas por 40 cruzeiros (Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	1	0
Percebi que é horrivel ter só ar dentro do estomago. (Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	1	0
Percebi que é horrivel ter só ar dentro do estomago . (Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	1	1
A comida no estomago é como o combustível nas maquinas..(Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	0	1
A comida no estomago é como o combustivel nas maquinas.(Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	1	0
A comida no estomago é como o combustível nas maquinas .(Jesus, 2014, p. 44, grifo nosso)	1	0
É facil perceber que eles são da favela. (Jesus, 2014, p. 45, grifo nosso)	1	0
Cascas de banana, casca de melancia e até casca de abacaxi, que é tão rustica, eles trituram. (Jesus, 2014, p. 45, grifo nosso)	0	1
Cascas de banana, casca de melancia e até casca de abacaxi, que é tão rustica , eles trituram. (Jesus, 2014, p. 45, grifo nosso)	1	0
Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas epocas eleitorais. (Jesus, 2014, p. 45, grifo nosso)	1	-
Os politicos só aparece aqui no quarto de despejo, nas epocas eleitorais. (Jesus, 2014, p. 45, grifo nosso)	1	0
E os alugueis são de 500 a 700,00ç (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso)	1	0
E varias pessoas da favela não tem agasalho. (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso)	1	0
E varias pessoas da favela não tem agasalho (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso)	0	1

Trecho do livro	Ausência do Acento Agudo	Ausência do Acento Circunflexo
O que eu revolto é contra a ganancia dos homens que espreme uns aos outros como se estremece uma laranja. (Jesus, 2014, p. 46, grifo nosso)	0	1
E fritei o ovo para ver se parava as nauseas . (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso)	1	0
Sabado - o dia que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sabado e o domingo. (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso)	1	0
Sabado - o dia que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sabado e o domingo. (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso)	1	0
O medico mandou-me comer oleo mas eu não posso comprar. (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso)	1	0
O medico mandou-me comer oleo mas eu não posso comprar. (Jesus, 2014, p. 47, grifo nosso)	1	0
É o inicio do mês. (Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso)	1	0
Penso: hoje é domingo e nós podiamos dormir até as 8. (Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso)	1	0
Mas aqui não há consideração mutua . Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso)	1	0
Ela teve varios filhos (Jesus, 2014, p. 48, grifo nosso).	1	0
Como se eu estivesse assistindo um espetaculo deslumbrante. Jesus, 2014, p. 49, grifo nosso)	1	0
E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. Jesus, 2014, p. 49, grifo nosso)	1	0
Queria pasteis . Jesus, 2014, p. 50, grifo nosso)	1	0
Ou é uma nação unica ? Jesus, 2014, p. 50, grifo nosso)	1	0
Sairam para a rua. Jesus, 2014, p. 50, grifo nosso)	1	0
Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra. Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso)	1	0
Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra. Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso)	1	0
Havia a tal Dona Guiomar, Edviges Gonçalves, a mulher que tem varios nomes e varias residencias porque compra a prestação e não paga e dá o nome trocado onde compra. Jesus, 2014, p. 52, grifo nosso)	0	1